



# Anais da Assembléia

N.68

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 25 DE JUNHO DE 1986

ANO XII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 56.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 25 DE JUNHO DE 1986  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Ezequias Losso.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuquiao Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura das atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicação:

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na condição de Líder da Bancada do PMDB nesta Assembléia, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam procedidas às seguintes modificações entre os Membros das Comis-

sões Técnicas Permanentes:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES: sai Acyr Mezzadri - entra Rubens Bueno.

SUPLENTE: Sai Rubens Bueno entra Acyr Mezzadri.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) NESTOR BAPTISTA

Líder do PDS.

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER regime de urgência do Projeto de Lei n. 81/86.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, seja levado em regime de urgência o Projeto de Lei n. 146/85, que versa sobre os limites de confrontações do Município de Doutor Camargo.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de congratulações ao presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Londrina, Evanildo Pinto Rodrigues.

Esse sindicato tem realizado uma gestão muito arrojada, com seu presidente tendo uma atuação de defesa intransigente dos mais puros e legítimos interesses dos seus associados, à custa, muitas vezes, até de incompreensão por parte da classe patronal e de órgãos governamentais.

Poucos sindicatos têm tido uma diretoria tão dinâmica como o Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários de Londrina.

Esta Assembléia Legislativa, como intérprete da manifestação popular tem o dever de registrar nos anais da história seu louvor, reconhecimento e aplauso a uma diretoria que efetivamente presta serviços.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao senhor Evanildo Pinto Rodrigues, presidente do mesmo sin-

dicato, à rua Acre, 334 em Londrina, rogando que Cristo Jesus continue a abençoá-lo em tão nobre missão.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de congratulações ao Serviço de Obras Sociais de Londrina - SOS.

Sob a humana e dinâmica presidência de dona Hilda Ney, a entidade realiza há muitos anos um extraordinário trabalho de amparo e proteção aos pobres de Londrina e região. Os recursos são escassos, com participação mínima e até ridícula dos poderes públicos. Faltam verbas, mas não falta o amor e o respeito aos carentes que procuram atendimento e socorro no SOS de Londrina.

Uma diretoria e um corpo de funcionários abnegados têm se desdobrado valentemente para que tão importante entidade se mantenha de pé.

Aliás, poucas mulheres no Brasil têm um coração tão grande, generoso e cristão como dona Hilda Ney. Se existissem mais brasileiras da postura e da garra de dona Hilda, haveria menos miséria e menos gente desamparada neste país.

A Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de registrar nos anais da história seu louvor, reconhecimento e homenagem a dona Hilda, aos diretores e funcionários do SOS de Londrina, para que tão bela lição de amor sirva de exemplo aos demais brasileiros.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao SOS de Londrina, à Rua Jaguaribe, naquela cidade, rogando que Deus nosso Pai continue a derramar copiosas bênçãos sobre o trabalho ali desenvolvido.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário o envio de votos de congratulações ao Dr. Delcino Tavares da Silva, Superintendente Regional do INAMPS-PR, pela assinatura da portaria n. 1504, de 17/06/86.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

#### JUSTIFICATIVA:

Pela assinatura da Portaria n. 1504, de 17 de junho de 1986, que institui os Conselhos Comunitários da Previdência So-

cial nos Postos de Assistência Médica do INAMPS no Paraná.

A medida vem no sentido de abrir caminho para o processo de democratização dos serviços de saúde da rede previdenciária e portanto merece registro e apoio.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da sessão de hoje, um voto de congratulações ao Presidente José Sarney pela sua notável decisão de ser inserida a frase: "Deus seja louvado" nas cédulas de 10, 50, 100 e 500 cruzados a serem lançadas, em outubro, pela Casa da Moeda.

Com mais este oportuno ato, o nosso estimado Presidente, leitor do Livro dos livros, a Bíblia, abre uma excelente perspectiva, em nossa Pátria, para a concretização da inspirada afirmação "Feliz é a Nação cujo Deus é o Senhor".

Outrossim, aprovado este requerimento dê-se ciência da decisão da Casa à Sua Excelência, o Senhor Presidente da República Federativa do Brasil, Doutor José Sarney.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a anuência ao Plenário e livre e soberana manifestação de todos os Senhores Deputados, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de congratulações ao doutor José Pedro da Rocha Netto, que acaba de deixar a presidência da EMOPAR.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### JUSTIFICATIVA:

Homem digno, honrado realizou uma gestão brilhante, conseguindo executar importantes obras públicas em nosso Estado.

Poucos brasileiros desempenharam com tanta honradez uma função pública como o engenheiro José Pedro da Rocha Netto, fato que pode orgulhar a todos nós parlamentares e paranaenses. O Brasil seria bem melhor se nas altas funções públicas estivessem homens da envergadura moral do ex-presidente da EMOPAR.

Esta Assembléia Legislativa tem o sagrado dever de registrar nos anais da história seu louvor, reconhecimento e homenagem a um homem que marcou tão bem sua passagem pelo comando de uma empresa pública como a EMOPAR, hoje com grande conceito na opinião pública, graças ao seu ex-presidente.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao doutor José da Rocha Netto, através da EMOPAR.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) ANTONIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei n. 97/86.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) IVAN GUBERT.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER preferência de votação para os Projetos de Resolução n. 42/86 e 43/86.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) SABINO CAMPOS

Apoiamento: Rubens Bueno.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei n. 137/86.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) FUAD NACLI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, preferência de votação para o Projeto de Lei n. 132/86, constante da Ordem do Dia de hoje, bem como para o Projeto de Lei n. 126/86.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) HERMAS BRANDÃO.

Apoiamento: Jorge Maia Filho.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Líderes dos Partidos: PMDB, PTB, PCB, PDT, PFL, PL e PDS, em comum acordo, vêm solicitar à Mesa Executiva, a prorrogação das Sessões Matutinas para o segundo semestre do ano em curso até 31.12.86.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(aa) JORGE MAIA FILHO,  
ANTÔNIO BELINATI,  
NESTOR BAPTISTA,  
MÁRCIO ALMEIDA e  
FUAD NACLI

#### JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal pedido, tendo em vista o ano eleitoral, bem como o bom desem-

penho obtido na experiência realizada com o horário matutino das sessões até o presente momento. Considere-se ainda que esta medida veio facilitar o trabalho da imprensa.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, REQUER a retirada por 5 (cinco) sessões do Projeto de Lei n. 100/86 a fim de que seja procedido o levantamento dos adquirentes de boa fé dos lotes no referido loteamento e proposta a regularização dos mesmos.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) EDGARD PIMENTEL.

Apoiamento:

Fuad Nacli, Márcio Almeida, Nestor Baptista, Jorge Maia Filho, Tuguio Setogutte e Hermas Brandão.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que o Projeto de Lei n. 208/84, de sua autoria, e que dispõe sobre a criação, no âmbito da CRE, de um Grupo Ocupacional de Planejamento, Administração e Apoio, entre imediatamente na Ordem do Dia, haja vista que o mesmo se encontra em Regime de Urgência junto à Comissão de Recursos Humanos desde o dia 05 de maio passado, extrapolando os prazos previstos no Capítulo IV do Regimento Interno, especificamente o previsto no art. 106, letra "a".

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada do Projeto de Lei n. 97/85, por 20 (vinte) Sessões.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora LURDES CAVALHEIRO BRENNER, ocorrido no Município de Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

#### JUSTIFICATIVA:

Seu passamento veio a consternar a todos, pois Dona Lurdes era muito estimada por todos, tendo em vista tratar-se de pessoa que tinha facilidade em fazer novas amizades, e também de ser a mãe de um grande líder político regional, o Senhor Altenir Alves David, ex-Prefeito Municipal.

A extinta deixa saudades e muito consternados todos quanto a conheciam.

Outrossim, solicita que da decisão do Plenário, seja dada ciência à família enlutada na pessoa de seu filho Altenir Alves David, ex-prefeito municipal de Cerro Azul.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, a consignação nos Anais deste Poder, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor José Tadeu Nunes, ocorrido na Municipalidade de Campo Mourão.

Antes de Campo Mourão tornar-se emancipado, política e administrativamente, chegava àquela cidade José Tadeu Nunes, em 1941. Apesar do franco desenvolvimento existente, a região carecia de toda uma infra-estrutura, assim sendo, as dificuldades somente foram resolvidas graças a ação corajosa e incansável de seus pioneiros, entre eles, José Tadeu Nunes, que aqui estabeleceu-se por acreditar na fertilidade do solo, na generosidade do povo.

Sua contribuição para o engrandecimento de Campo Mourão por certo que não será esquecida. Como empresário, agricultor e pecuarista trilhou sempre o caminho da honestidade em seus negócios, do respeito e da lealdade a seus amigos.

Não poderia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, deixar de Requerer, para que fique constado na ata da presente sessão, o falecimento do Senhor José Tadeu Nunes, cujo desaparecimento, além de enlutar sua esposa Arlete Kloster Nunes e seus três filhos: Mário, Cezar e José, deixa entristecida uma infinidade de amigos.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Ivone Etgeton Fornello.

Nascida em Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, em 12 de dezembro de 1943, a Senhora Ivone Etgeton Fornello chegou ao Paraná há mais de 20 anos. Durante todo esse

tempo, além de Professora Primária, cuidando dos afazeres domésticos, sendo casada com o Senhor Martinho Valdecir Fornello, de cuja feliz união nasceu José Augusto Fornello.

Seu falecimento, além de entristecer seu esposo, filhos, irmãos e parentes, abre uma lacuna impreenchível em Campo Mourão, onde residia, assim como em Quinta do Sol, onde residia seu irmão Helmut Etgeton (Vereador naquele município), deixando em ambas as cidades um vasto círculo de amizades.

Não poderia, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em que pese o momento de dor, deixar de requerer, para o devido registro nos Anais deste Poder Legislativo, o falecimento da Senhora Ivone Etgeton Fornello.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente a Ilustríssima Senhora Ana Maria Muratori, Diretora Superintendente da FUNDEPAR, solicitando urgente atendimento ao pedido de material de cozinha para a merenda escolar do Colégio Estadual Professora Elzira Correia de Sá - Ensino de 1.º e 2.º graus, de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo a Diretora do referido Colégio, solicitado anteriormente à FUNDEPAR uma série de materiais, ou seja:

- 01 panela de pressão;
- 02 panelões de 30 litros;
- 400 pratos para a merenda escolar;
- 400 talheres para a merenda escolar;
- 400 canecas para a merenda escolar;
- 05 baldes; que se fazem extremamente necessários para o bom atendimento dos seus alunos, no que tange à merenda escolar, e, como o referido material não foi remetido no mês de maio, como havia sido combinado entre as partes, solicito brevidade no atendimento a este pedido, para que as crianças que estudam naquele Colégio possam desfrutar de uma merenda escolar saudável e bem servida.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor

GILBERTO GERALDO GARBI, Diretor-Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, solicitando a instalação de um Posto Telefônico-P.S., na localidade de Sapé, no Município de Ortigueira, mais precisamente na Mercearia e Máquina de Arroz Nossa Senhora Aparecida, propriedade da Senhora Ivone de Oliveira Bueno.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Sendo a localidade de Sapé, a exemplo do Município de Ortigueira uma região agrícola, contando com uma grande densidade populacional, necessita de meios de comunicação para poder agilizar os seus negócios, bem como oferecer maior segurança a seus habitantes em ocasiões de emergência.

Portanto, faz-se necessária a instalação de um Posto Telefônico para facilitar a comunicação daquela localidade com as demais comunidades do Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Sendo a aparelhagem repetidora de sinais de televisão atualmente em funcionamento na cidade de Reserva, insuficiente para cobrir com eficácia toda a área do perímetro urbano e adjacências, e, tendo sido aprovada a instalação de uma nova repetidora mais potente no mesmo município, seria mais produtivo a instalação da nova aparelhagem na referida cidade, bem como a transferência da que lá está em funcionamento, para a localidade de Rio Novo, propiciando aos seus moradores acesso a esse meio de comunicação.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente a Ilustríssima Senhora ANA MARIA MURATORI, Diretora Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção de calçadas de ligação entre o bloco novo, recém construído, com os blocos mais antigos, bem como a colocação de pedriscos nas demais áreas não calçadas, no Colégio Estadual Professora Elzira Correia de Sá, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação prende-se ao fato de que os alunos, professores e funcionários daquele estabelecimento de ensino, em tempos de chuva ou seca, sofrem com a lama ou a poeira que se forma nos pátios do Colégio, sendo difícil mantê-lo limpo, dentro dos padrões de higiene e até mesmo estéticos,

ideais para o bom desenvolvimento das atividades escolares.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no que suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor JOSÉ PEDRO DA ROCHA NETO, Diretor Superintendente da EMOPAR, solicitando reparos no prédio do bloco administrativo do Colégio Estadual Professora Elzira Correia de Sá Ensino de 1.º e 2.º Graus, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

Esta solicitação prende-se ao fato de que o bloco administrativo do referido Colégio, apresenta rachaduras bastante evidentes e afundamento parcial do prédio, comprometendo a sua estrutura, que a cada dia que passa vem se agravando, podendo, num futuro próximo, ocasionar até desabamentos colocando em risco a integridade física de alunos, professores e funcionários.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário o envio de expediente à Secretaria de Educação do Paraná, indicando o nome da Senhora Ana Molina Garcia, pioneira de Londrina, já falecida, para patrono e nome da Escola Estadual de 1.º grau localizada no Jd. Panorama em Londrina.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Por ser este o desejo da comunidade escolar, conforme comprova a alta Associação de Pais e Mestres e anexo.

E também por ser a pessoa homenageada digna da lembrança, conforme demais documentos em anexo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, Doutor Jesus Sarrão, solicitando urgência no atendimento das reivindicações dos funcionários das CIRETRANS e Postos de Serviços no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Ao longo dos últimos anos, os níveis salariais dos funcionários das CIRETRANS, têm sido mantidos inferiores aos dos servidores dos demais órgãos da Administração Estadual.

Portanto, nada mais justo do que o atendimento das reivindicações encaminhadas a Vossa Excelência pelos servidores das Ciretrans, no sentido de que seja estabelecido um piso salarial de no mínimo de três salários mínimos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve REQUER, depois de ouvido o Plenário o envio de expediente à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Paraná, solicitando apoio para a realização do VI Congresso Regional Sul de Patologia, fornecendo 2 (duas) passagens ida e volta para o trecho Curitiba-Londrina e conferencistas convidados. Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

JUSTIFICATIVA:

Solicitação em anexo, devidamente apreciada como justificável, conforme entendimentos mantidos com os Senhores Deputados Antônio Annibelli e Anibal Khury.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PATOLOGISTAS  
Londrina, 22 de Março de 1986

Ilmo. Sr.

Márcio de Almeida

Prezado Senhor:

Londrina continua sendo a sede de grandes eventos na área de saúde dando guarida aos nomes mais respeitados da Medicina Brasileira. Entre os dias 23 a 27 de julho próximo a AML, FUEL, DASP e Sociedade Brasileira de Patologistas, fará seu VI Congresso Regional Sul.

Pela 1.ª vez os congressistas convidados cederão seus préstimos à comunidade leiga, realizando palestras sobre câncer e diabetes tendo já contactado e recebido apoio da Secretaria de Saúde de Londrina e do Sindicato dos Professores.

Certos de que Vossa Senhoria compreenderá o alcance da abertura e iniciativa dos patologistas em contactar diretamente com a população leiga, tomamos a iniciativa de pedir modesto apoio para o evento, para que a nossa cidade continue brilhando para o sul do País.

No aguardo de sua resposta, atenciosamente

Dra. Dora Guerra  
Comissão Organizadora

OBS: Segue anexo a programação. Além das

Curitiba, quarta, em 25.06.86

palestras para leigos faremos também, paralelamente ao Congresso a I Jornada Integrada de Patologia e Clínica.

QUINTA (24)

MESA REDONDA (I)

8h00 Pontos Polêmicos em Blasto,  
às Esquistossomose, Chagas e Hansen  
10h00 - COORDENADOR:- Thales de Brito

MESA REDONDA (II)

10h15 Pontos Polêmicos em Blasto,  
às Esquistossomose, Chagas e Hansen  
12h00 - COORDENADOR: - Thales de Brito

(ALMOÇO)

TEMAS LIVRES

SEMINÁRIOS

14h00 às Patologia Perinatal - Vias Biliares  
16h00 MARIA C. ZERBINI

16:00 Patologia do Endométrio (A)  
às Filomena Marino Carvalho  
18:00 Sarcoma de Partes Moles (B)  
AFFONSO COELHO

SEXTA (25)

CURSO (A)

8h00 Citologia Aspirativa de Massas  
às Abdominais - FÁBIO VALERI -  
10h00 CURSO (B)

Básico de Imunoperoxidase  
EMBRABRIO

CURSO (A)

10h15 Casos de Patologia Cirúrgica  
às Imunoperoxidase  
12h00 C. BACCHI/F. ELLINGER

CURSO (B)

Histoquímica do Músculo  
BENY SCHMIDT

(ALMOÇO)

TEMAS LIVRES

SEMINÁRIOS

14:00 às Lesões Pigmentares da Pele  
16:00 Antônio Alves (A)  
Patologia do Fígado  
C.GAIOTTO (B)

Sarcomas da Infância  
16h00 M. FIGUEIREDO (A)  
às Pele não tumoral  
18h00 GISELA DEL PINO (B)

SABADO (26)

MESA REDONDA (I) (A)

Integração em um Departamento  
de Patologia  
8h00 às COORDENADOR: - Henrique Lenzi  
10h00 Patologia Renal (B)  
SALDANHA

MESA REDONDA (II) (A)

10h15 às Biologia do Granuloma-Hidridomas,  
Interleucinas.

12h00 Citologia Aspirativa de Pulmão  
COORDENADOR:- Vanda Rebuffi.  
(B)  
(ALMOÇO)  
TEMAS LIVRES  
SEMINÁRIOS (A)  
14h00 Patologia Ganglionar  
às CELSO VIEIRA  
16h00 Patologia Gástrica e Intestinal  
K. YRIA - F. VENCO (B)

16h00 CURSO  
às Tumores do Mediastino  
18h00 ROSAI

DOMINGO (27)  
MESA REDONDA  
8h00 Assuntos Profissionais  
às Marketing - Relações Públicas -  
10h00 Ética  
COORDENADOR:- Marcelo Alvarenga

10h15 CURSO  
às Tumores Vasculares  
12h00 ROSAI

## MESAS REDONDAS:

1) Pontos Polêmicos em "Doenças Tropicais" Thales de Brito (USP), Raul N. Fleury (Bauru) Hansen, José Alberto de Mello (RP) Chagas, Zilton de Andrade (Bahia) Leishmaniose, Marcelo Franco (UNESP) Blastomicose, Vicente Amato Neto (USP) Aspectos Clínicos.

2) Integração em Dep. de Patologia; Henrique Lenzi (FUERJ), Spartaco Astolfi (DF) DNA recombinante, José Daniel Lopes (I. Ludwig) Híbridomas Interleucinas, Mário Mariano (USP) Granuloma.

3) Assuntos Profissionais - Nova Abordagem; Marcelo Alvarenga (CAMPINAS), Marketing em Saúde - A. Pimazzoni (SP), Relações Públicas - E. Feldman (Jornalista Folha de Londrina). Ética em Medicina Legal - Hércio Mizziara (DF),  
\* Doutor Juan Rosai poderá estar eventualmente nesta mesa.

JORNADA INTEGRADA DE PATOLOGIA  
E CLÍNICA DE LONDRINA  
Programação Científica

Temas de correlação Anátomo-Clínica em:

(1.<sup>a</sup> noite - 19:30)

## 1 - Patologia Renal

Mesa redonda:

L.C. Saldanha - USP  
A.J. Mocelin - FUEL  
A. Matni - FUEL

2 - Patologia Gástrica e Colônica  
Câncer gástrico precoce

## Carcinogênese colônica

Mesa redonda:

K. Yria - USP  
F. Venco - USP  
Álvaro Godoy - FUEL  
Faissal Muarrek - FUEL

(2.<sup>a</sup> noite)

3 - Patologia Ginecológica  
Avaliação funcional do endométrio  
Filomena de Carvalho - UPS  
Osmar Henriques - FUEL

4 - Patologia de Mama  
Câncer mamário  
Marcelo Alvarenga - UNICAMP  
Couto - FUEL

5 - Punção aspirativa por agulha fina  
Usos e resultados  
Fábio Valeri Jr. - RP-USP  
Takeda

6 - Papel da Patologia na Medicina  
Recursos e limites (ensino e diagnóstico)

Thales de Brito - USP

(sábado - manhã)

7 - Marketing em Saúde  
Augusto Pimazoni - SP

8 - Computação em Medicina  
Kasohiro Ito  
Elias Passos

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, visando a construção de lombada na municipalidade de Campina da Lagoa.

A construção de pelo menos três lombadas ao longo do trajeto, ligando Campina da Lagoa até a Cooperativa Agropecuária União, ligando também a Vila Terezinha à área industrial, é de vital importância, visto que trafegam diariamente muitos veículos, cujo fluxo desordenado, face a ausência de sinalização adequada, tem causado sérios problemas.

Portanto, que essa Secretaria de Estado dos Transportes auxilie a Administração Municipal, conforme manifestação neste sentido do Prefeito, Excelentíssimo Sr. Dr. Joaquim Antônio de Lima, a resolver a presente questão, garantindo maior segurança naquela via.

Sala das Sessões, em 25/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

# REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente dirigido a Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, visando o envio de livros didáticos para a Escola Estadual General Carneiro - Ensino de Primeiro Grau, localizada na municipalidade de Roncador.

Tradicional estabelecimento de ensino, a Escola General Carneiro não conta com suficientes livros para auxiliar no aprendizado. Tal situação tem acarretado alguns transtornos. Entre as dificuldades destaca-se a parte de pesquisa.

Acatando proposta da Ilustríssima Sra. Iolanda Baldicera, professora, que essa Secretaria de Estado da Educação analise a viabilidade para atender esta justa solicitação.

Sala das Sessões, em 25/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

# REQUERIMENTO

Snhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Administração, Dr. José Carlos Campos Hidalgo, no sentido de que aquela Secretaria, em conjunto com a Comissão Paritária formada para apresentar soluções para o funcionalismo público do Estado, apreciem a proposta que se encontra em anexo, e que diz respeito especificamente aos problemas funcionais do DER.

Sala das Sessões, em 25/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

# JUSTIFICATIVA:

Conta a Secretaria de Estado dos Transportes e Departamento de Estradas de Rodagem, com aproximadamente 6.000 funcionários, os quais estão inseridos em quatro quadros, com distintos regimes de trabalho, assim adotados:

1. Regidos pelo Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná.

2. Regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT.

3. Regidos por instrumento contratual, firmado entre o DER e as firmas de Consultoria.

4. Sob o regime de Cargos Comissionados.

Quadros, também com distintas características a seguir descritas, possuindo, no entanto, distorções prejudiciais aos fun-

cionários, todas ocasionada pela má política de pessoal adotada pela Administração.

1. Estatutários. No Órgão, integram-se neste regime aproximadamente 1.000 servidores, alocados no Quadro Geral do Executivo do Estado, sem que os mesmos fossem beneficiados com promoções, reclassificações ou acessos, nos últimos quinze anos, apresentando o referido quadro uma defasagem salarial na ordem de 140% em relação ao Quadro Celetista, e mais em relação aos quadros especiais, não se levando em consideração outras vantagens (diárias, mor- domias).

2. CELETISTAS (CLT) - A classe, mesmo contando com as habituais promoções, acesso a outras carreiras, já aclama da Administração, a adoção de critérios mais justos na concessão daqueles benefícios, porquanto verifica-se que a mesma está incidindo nas conhecidas distorções, penalizando os mais aptos e beneficiando aqueles funcionários que não possuem os requisitos essenciais para o desempenho das funções a que foram graciosamente designados. Exemplo: advogados recém-classificados pelo S.I.P., na última fase (Técnico I), que exige curso de mestrado, no entanto, foram registrados recentemente nos Conselhos de Classe - Resolução n. 8.715, de 21/01/86, ficando relegados os com mais tempo de serviço, com encargos de grande relevância (ações em juízo, indenizações por desapropriações, etc.).

3. Além do mais, o Órgão Rodoviário, adota a política de subcontratação de pessoas, por intermédio de firmas de Consultoria de Obras, para serviço interno, sem vínculo com o Departamento, com prováveis salários superiores aos da Autarquia. Ainda, procedimentos irregulares adotados pela Direção, pois que, relegam a segundo plano, não só os estatutários, bem como os celetistas, criando dessa forma mal-estar a todas as partes envolvidas.

4. Também a administração do Órgão, possui um corpo de funcionários, que foram contemplados sob regime de cargo comissionado, estando os mesmos ocupados - em sua maior parte -, por elementos que não possuem os requisitos indispensáveis para o exercício das funções a eles atribuídos.

O exposto acima, retrata de maneira sucinta, a triste realidade da classe rodoviária, para a qual se faz prementemente a adoção de medidas imediatas para a correção das discrepâncias existentes, para as quais nos permitimos sugerir o seguinte:



## 1. Estatutários

## Quadro Geral do Executivo:

a. Aplicação do artigo 74 e seguintes do Capítulo X - Título DA PROMOÇÃO;

b. Aplicação do artigo 88 e seguintes do Capítulo XI - Título DO ACESSO;

c. Equiparação dos vencimentos dos funcionários estatutários com o pessoal celetista, mediante ampliação do Quadro Estatutário em equivalência ao Quadro dos Funcionários Celetistas;

d. Pagamento Integral do 13.º Salário, na modalidade do tútido para os celetistas;

e. Pagamento dos adicionais por tempo de serviço, no mesmo percentual pago ao pessoal celetista a título de FGTS, isto é, 8% ao mês.

## 2. CELETISTAS - CLT

a. Unificação dos quadros, com o necessário disciplinamento de um plano para admissão, promoção (por tempo de serviço e avaliação profissional), tudo em atendimento às reais necessidades do Poder Público. Considerando-se que no plano de aplicação de cargos e salários, deverá ser respeitado o piso salarial profissional, para os iniciantes na carreira pública, bem como corrigir a situação dos demais funcionários liberais já integrantes do quadro, mediante pesquisa de mercado.

b. Se adotada a unificação dos regimes de trabalho, deverá ser proposto a destinação de 75% do FGTS ao PIS/PASEP e os 25% restantes por transferência ao IPE, pelo celetista, que os utilizará na cobertura dos serviços prestados por aquele Instituto, em conta nominal do cedente, valor este a ser restituído no ato da aposentadoria com atualização monetária e juros.

## 3. PESSOAL ADMITIDO INDIRETAMENTE

As admissões efetuadas através de instrumentos contratuais, entre o DER e as firmas de Consultoria, foram ocasionadas pela inexistência de um critério de aperfeiçoamento profissional e adequamento do pessoal estatutário e celetista, o qual obrigou a Administração a adotar este procedimento irregular. No entanto, se faz necessário a regularização dessas contratações, mediante seleção profissional, nos moldes de procedimento já adotado pela própria, a qual aproveitou o pessoal da FIDEPAR e IPARDES, admitindo-os no Quadro Celetista do Órgão, reduzindo assim os custos dos serviços e obras contratadas.

O exposto acima, é um demonstrativo suscinto das anomalias, que temos ciência dentro do Órgão.

Curitiba, 23 de junho de 1986.

## C O M P A R A T I V O

CARGO	VENC.Cz\$	TEMPO
DE SERVIÇO		
Motorista		
Estatutário	1.694,00	26 anos
Estatutário	1.302,00	21 anos
CLT	1.552,00	4 anos
CLT	1.552,00	5 anos
Laboratorista de Solos		
Estatutário	1.757,00	22 anos
CLT	3.344,00	6 anos
CLT	4.178,00	6 anos
Auxiliar de Escritório		
Estatutário	1.849,00	29 anos
CLT	1.422,00	2 anos
Auxiliar Administrativo		
Estatutário	1.663,00	27 anos
Estatutário	1.501,00	24 anos
CLT	2.862,00	6 anos
Técnico de Contabilidade		
Estatutário	1.622,00	27 anos
CLT	2.752,00	15 anos
Assistente Administrativo		
Estatutário	1.950,00	22 anos
Estatutário	2.047,00	33 anos
CLT	3.641,00	6 anos
CLT	4.791,00	6 anos
Economista		
Estatutário	4.138,00	21 anos
CLT	8.449,00	7 anos
CLT	9.527,00	10 anos

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado da Segurança para o desenvolvimento de estudos visando a criação e instalação de um pelotão da Polícia Militar, na municipalidade de Mamborê.

No ano anterior, precisamente no dia 20 de junho, a Assembléia Legislativa aprovava requerimento deste Deputado, reivindicando a implantação de um pelotão da Polícia Militar para Mamborê. Na mesma oportunidade, eram apresentadas uma série de motivos que bem justificavam tal solicitação, destacando, dentre eles, o fato de que aquela cidade não possui um efetivo policial e equipamentos o suficiente para

atender satisfatoriamente a população, além de que Mamborê está situada numa região onde situam-se outras cidades, que precisam de melhor atenção em termos de segurança.

Decorrido todo este tempo, mais de um ano, a situação continua a mesma. Providências não foram tomadas. Mamborê, conforme relato do Excelentíssimo Sr. Ivo Brunetta, Chefe do Poder Executivo Municipal, continua a conviver com um aparelho policial que não atende às reais necessidades de segurança, em que pese os esforços dos responsáveis do organismo, bem como da Administração.

Assim sendo, que essa Pasta, num menor prazo de tempo possível, estude uma forma de viabilizar o pronto atendimento desta, que é uma justa aspiração do laborioso povo mamborense.

Sala das Sessões, em 25/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente dirigido ao Ministério do Desenvolvimento e Meio-Ambiente, encarecendo a destinação de recursos para a construção de um terminal rodoviário na municipalidade de Quinta do Sol.

Com uma população superior a sete mil habitantes, o Município de Quinta do Sol tem apresentado, ultimamente, uma de suas melhores fases desenvolvimentistas, principalmente no setor agropastoril, onde provém a maior parcela de arrecadação para os cofres públicos, assim como em termos de circulação de dinheiro, de um modo geral.

Por estas razões objetivando consequentemente dotar Quinta do Sol de condições que impulsionem ainda mais seu crescimento, se faz necessário, num menor prazo de tempo possível, a realização de várias obras. Entre elas, fora de qualquer dúvida, a construção de um terminal rodoviário de vital importância, tendo em vista que a cidade não tem um local apropriado para embarque e desembarque de passageiros.

Pelas razões apresentadas com manifestação dos Excelentíssimos Srs. Solange Marques e Eduardo Viana Pereira, respectivamente Prefeito e Presidente da Câmara Municipal, além do Diretório local do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, através de seu Presidente, Ilustríssimo Sr. Florisval P. de Marcos, que esse Ministério, dentro das possibilidades disponíveis, determine o imediato atendimento da presente solicitação, uma vez tratar-se de uma aspiração muito antiga do povo de

Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 25/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Sr. Presidente da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, através do Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, encarecendo a construção de uma linha de alta tensão entre as municipalidades de Araruna e Peabiru.

A presente proposta é no sentido da implantação de uma linha de alta tensão 33,8 de iniciativa do Ilustríssimo Sr. Edmar Melo Cavalcante, que ocupa as funções de Inspetor Estadual de Educação, afirma ser de vital importância esta obra, visto que, nos dias de hoje, o Município de Araruna enfrenta transtornos, com a falta de energia, consequência da queda da mesma em Campo Mourão, afetando o sistema ararunense.

A julgar pelas informações prestadas pelo referido Senhor, que mora há muitos anos em Araruna, não pode aquela cidade continuar a conviver com tal situação, cujo problema merecerá por certo a esperada atenção.

Sala das Sessões em 25/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando a liberação de recursos orçamentários para a construção de uma ponte sobre o Rio da Várzea, na municipalidade de Peabiru.

Há muito tempo que os habitantes da localidade de Silviolândia estão a reivindicar a construção de uma nova ponte na região, sobre o Rio da Várzea, imprescindível para o escoamento da produção agrícola existente, além da interligação com a sede do município.

Deste modo, que essa Pasta, acatando proposição oriunda do Poder Legislativo daquela cidade, através do seu Presidente, Excelentíssimo Sr. Zegmundo Mroczek, dê o necessário encaminhamento, conforme se espera.

Sala das Sessões, em 25/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, no sentido da destinação de verbas para a APMI existente na municipalidade de Janiópolis.

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância é presidida pela Ilustríssima Sra. Laurita Brero.

Profunda conhecedora dos reais problemas enfrentados pela população de menor poder aquisitivo, ela vem desenvolvendo uma série de atividades visando prestar uma orientação às mães, ensinando-lhes a confecção de alimentos, costura, higiene e cuidados com a saúde, entre outras orientações. As crianças também recebem atenção especial, estimuladas para a leitura e estudo, por exemplo.

Em que pese os resultados que freqüentemente vêm sendo atingidos, de inquestionável alcance social, a APMI funciona com carência de recursos (mesmo contando com apoio da Administração Municipal que, inclusive, coloca uma funcionária à disposição da referida entidade, além de instalações cedidas), o que impede de ampliar o atendimento às famílias e a execução de novas atividades.

Sem nenhuma dúvida, trata-se de uma solicitação extremamente justa, e que por certo merecerá a esperada atenção por parte dessa Governadoria.

Sala das Sessões, em 25/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de expediente dirigido a Ilustríssima Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Sra. Secretária de Estado da Educação, o envio de um projetor de "slides" para a Escola Estadual IV Centenário, Ensino de Primeiro Grau, localizada no Distrito do mesmo nome e pertencente à municipalidade de Goioerê.

O aparelho projetor de "slides", dentro das planificações daquele educandário, é imprescindível, como recurso didático a ser posto em prática, objetivando ampliar as condições de aprendizado, como salienta a Ilustríssima Sra. Sílvia Prandini Moileiro.

Para tanto, a fim de que seja possível a concretização da presente proposta, é imprescindível a participação dessa FUNDEPAR e Secretaria da Educação, segundo a citada Diretora da Escola IV Centenário.

Sala das Sessões, em 25/06/86.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente dirigido a Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da liberação de recursos para construir uma cozinha e refeitório no Colégio Estadual Padre Antônio Vieira - Ensino de 1. e 2. Graus, localizado na Municipalidade de Engenheiro Beltrão.

Segundo o Ilustríssimo Senhor Antônio Rossi, nos dias de hoje, aquele educandário enfrenta inúmeras dificuldades, das quais a falta de uma cozinha, assim como um refeitório, cuja falta de acomodação nem sempre compatíveis com a higiene e segurança, uma vez existir improvisações, tanto para feitura das refeições, quanto para a alimentação.

De acordo com iniciativa do referido Diretor do citado Colégio, é de vital importância a destinação de recursos financeiros para a construção de uma cozinha e refeitório, aguardando-se, assim apoio desta Fundação e dessa Pasta para tal.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de expediente ao Ilustríssimo Senhor Presidente do BANESTADO - Banco do Estado do Paraná - através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado das Finanças, objetivando a implantação de um posto avançado dessa instituição para a localidade de Boubônia, pertencente à Municipalidade de Barbosa Ferraz.

É inegável a importância de Boubônia no contexto municipal de Barbosa Ferraz, que, à exemplo de toda a região, tem na agricultura seu verdadeiro sustentáculo econômico, representado por diversas propriedades rurais de pequeno, médio e grande portes.

Justamente por tais características é que citada localidade faz por merecer a implantação de um posto avançado do BANESTADO, conforme proposta neste sentido, apresentada pelo Ilustríssimo Senhor José Marques de Souza, e que por certo receberá a esperada atenção.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

(a) RUBENS BUENO

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, recursos para a construção de um posto de saúde para a localidade de Lirial de São Luiz, pertencente à Municipalidade de Araruna.

A presente reivindicação baseia-se no pronunciamento feito pelo Excelentíssimo Senhor Laércio Swaigem. Integrante do Poder Legislativo, numa de suas reuniões, ele apresentou proposta para a construção de um posto de saúde em Lirial de São Luiz, o que vai permitir o atendimento de pelo menos cem famílias, que, nos dias de hoje, por vezes ficam a mercê da própria sorte, notadamente nos casos emergenciais.

A fim de que seja possível tornar realidade a proposta do citado parlamentar ararunense, que essa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social viabilize recursos, que forem necessários para tal obra.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, envio de expediente ao Presidente do Tribunal de Justiça, estudos visando elevar a Comarca de Ubiratã, de Entrância Inicial para Entrância Intermediária.

De acordo com levantamentos realizados, a Comarca de Ubiratã conta, nos dias de hoje, com mais de 3.000 processos em andamento, além do mais 800 processos arquivados. Tal situação trás, como consequência, um acúmulo de processos, o que gera incontáveis transtornos para as realizações forenses.

Ademais, além dos trabalhos de sua responsabilidade, a referida Comarca representa, para a população ubiratanense, outra dificuldade. Uma vez que a Comarca de Cascavel passou a ser Entrância Final, o que determinou a Comarca de Ubiratã ficou ligada a seção Judiciária de Goioerê, representando problemas, já que Ubiratã, em termos de geografia e politicamente tem pouco haver com Goioerê.

Portanto, face à exposição de motivos, que esse Tribunal determine a realização de estudos no sentido de avaliar as reais possibilidades de tornar realidade esta que é, seguramente, uma justa solicitação, fruto de manifestação conjunta da Administração e Prefeitura Municipais, bem como do Advogado Carlos Alves.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida a Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a construção de três novas salas de aula para a Escola Estadual Casemiro de Abreu, localizada no Distrito Administrativo de Farol, pertencente à Municipalidade de Campo Mourão.

Baseado na manifestação do Excelentíssimo Senhor José Laurindo Kraus, é imprescindível a construção de pelo menos três novas salas de aula, tendo em vista que, atualmente, os alunos daquele educandário estudando no refeitório, por vezes em condições insatisfatórias.

Deste modo, uma vez referir-se a uma solicitação muito antiga, conforme afirma o referido Vereador que essa FUNDEPAR em conjunto com essa Pasta, determinem a sua concretização.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido do asfaltamento ligando o Distrito Administrativo de Bela Vista do Piquiri a Municipalidade de Campina da Lagoa.

Trata-se de uma solicitação muito antiga, uma das maiores aspirações do laborioso povo daquela rica e imensa região, que foi apresentada pelo Doutor Joaquim Antônio de Lima, Prefeito Municipal, no início de sua Gestão, apoiado, na oportunidade, pela Câmara de Vereadores.

O presente requerimento tem por finalidade reiterar à essa pasta o asfaltamento da estrada ligando Bela Vista do Piquiri a Campina da Lagoa, uma vez que permitirá garantir o livre escoamento da produção agrícola em qualquer condição climática adversa fato que, atualmente, por vezes não acontece.

Deste modo, também conforme apelo dos Senhores João Bitencourt e Amauri Silva Silveira, que efetivamente haja a inclusão nos planos dessa Secretaria de Estado dos Transportes a pavimentação Bela Vista do Piquiri - Campina da Lagoa, de inquestionável importância para o setor rodoviário

da região.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Diretor do IAM - Instituto de Assistência ao Menor, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, liberação de verba para a Creche Alam Kardec, localizada na Municipalidade de Peabiru.

A presente solicitação é de iniciativa do Ilustríssimo Senhor Jacob Nenes Benedito. Segundo informações prestadas por ele, a Creche Alam Kardec atende, atualmente, inúmeras crianças, a maioria carentes.

Devido aos encargos para a manutenção, a referida Entidade enfrenta algumas dificuldades, por não ter recursos suficientes para atendimento satisfatório.

Neste sentido, dada a exposição de motivos, que esse Instituto, juntamente com essa Pasta, determinem o pronto atendimento do presente pedido, liberando recursos que se fizerem necessários para a citada creche.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, objetivando a implantação de telefone público na Municipalidade de Campo Mourão.

Dos núcleos habitacionais existentes, o Bairro Lar Paraná concentra o maior contingente populacional urbano de Campo Mourão. Mesmo diante de sua grandiosidade e importância o Lar Paraná carece de diversas melhorias, em vários setores. Dentre eles, a população tem sentido, há muito tempo, a falta de novos telefones públicos, uma vez que os existentes não atendem satisfatoriamente a demanda.

A Rua Bela Vista, importante via do referido bairro simplesmente não tem um telefone público, segundo reclamação do Ilustríssimo Senhor João Batista Vereia, comerciante da cidade, que propõe a instalação de um telefone público na referida rua, sugerindo que o mesmo funcione no "Bar e Lanchonete São João", devido a grande afluência de pessoas para aquele local.

Por referir-se a uma importante solicitação, que essa Companhia, dentro naturalmente das reais possibilidades, dê o necessário encaminhamento, concretizando uma proposta que vem de encontro aos interesses dos moradores do Lar Paraná, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo a destinação de uma ambulância para a Municipalidade de Fênix.

O setor de assistência social tem enfrentado seriíssimos problemas para dar encaminhamento as suas atribuições, notadamente no que respeita ao transporte de pessoas com problemas de saúde que precisam de socorros médicos.

Segundo o Ilustríssimo Senhor Carlito Figueira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquele Município, a situação, além de muito antiga, tem piorado, sendo comum várias pessoas ficarem sem qualquer tipo de auxílio quando necessitam deslocar-se a outros centros para tratamento.

É de vital importância buscar soluções concretas para o referido problema. Assim sendo, um dos caminhos apresentados pelo Presidente daquela organização sindical é no sentido da aquisição de uma ambulância devidamente equipada, com a indispensável colaboração dessa pasta.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, a tomada de providências quanto à segurança à insegurança da rodovia ligando a Municipalidade de Iretama até a BR 487.

Ao longe do referido trecho, cujo traçado acontece numa região acidentada e montanhosa, apresentando conseqüentemente diversas curvas, já tem ocorrido alguns acidentes, devido justamente a presença de muitas curvas, falta de acostamento, assim como de sinalização.

Neste sentido, para que os condutores de veículos, e mesmo os pedestres, tenham a segurança e tranqüilidade necessárias,

que essa Pasta determine a adoção de medidas urgentes conforme deseja a população do Município de Iretama, notadamente a que reside na sede e os moradores da localidade de Esplanada (que mais utilizam a rodovia), cabendo ressaltar, também, que a presente proposta foi apresentada pelo saudoso Professor Durval Ribeiro Dias.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação dirigida à Diretoria do Banco do Brasil encarecendo a criação e instalação de uma agência na Municipalidade de Juranda.

Com mais de nove mil habitantes, embora sendo um Município novo, Juranda, seguramente, tem dado indispensável contribuição para o desenvolvimento daquela região, calcada nas atividades agrícolas e pastoris, bases de sustentação sócio-econômica.

Objetivando o engrandecimento ainda maior, notadamente no setor agropastoril, a Câmara Municipal de Vereadores, apoiando manifesto da Administração local, aprovou proposta no sentido da criação e instalação de uma agência do Banco do Brasil na cidade. Tal medida, quando concretizada, possibilitará estimular investimentos cujas conseqüências traduzirão novas bases de progressos.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no intuito da liberação de recursos para o completo recapeamento da Avenida Marília, localizada na Municipalidade de Mariluz.

Trata-se de uma antiga reivindicação. Desde quando assumiu a chefia do Executivo Municipal, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Joaquim Lopes Gutierrez vem desenvolvendo incansáveis esforços para o recapeamento da Avenida Marília, artéria principal da cidade de Mariluz, cujo estado, atualmente, como em tempos anteriores é simplesmente péssimo.

Ademais, a Administração local, ante a insuficiência de recursos, somando-se a isto a grandiosidade de recursos para a execução da referida obra, não pode resolver, sozinha tal situação.

Neste sentido, que essa pasta avalie

as reais possibilidades de liberar recursos, bem como apoio técnico, para atender este pedido de revitalização da Avenida Marília, também conforme apelo da Câmara Municipal de Vereadores daquela cidade.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, no intuito da recuperação da estrada ligando as Municipalidades de Roncador a Pitanga.

Em reunião realizada recentemente pela Câmara Municipal de Roncador, o Excelentíssimo Senhor Estanislau Dziubate, integrante daquele poder, dentre outras proposições, apresentou expediente no sentido da recuperação da estrada que serve de ligação entre a referida cidade, passando pela localidade de Palmital do 43, até o Município de Pitanga. A justificativa, aprovada pelos demais integrantes, é a de que aquela via serve de acesso para diversas propriedades, onde residem várias famílias.

Trata-se, seguramente, de uma justa solicitação, pois não pode mais continuar parte expressiva de pessoas que moram ao longo da estrada sem dela poder fazer uso, dado ao seu péssimo estado.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da TELEPAR - Telecomunicações do Paraná, a implantação de novos canais telefônicos para o Distrito Administrativo de Yolanda, pertencente a Municipalidade de Ubiratã.

Concentrando expressivo número de moradores, a Vila Yolanda está a reivindicar, através do Ilustríssimo Senhor Nilo Bonadeu, antigo residente na referida localidade a implantação de pelo menos cinquenta novos canais telefônicos, devido a procura verificada atualmente, assim como o próprio crescimento populacional constatado.

Por esta razão, objetivando atender ao justo reclamo do povo de Yolanda, que essa Companhia, efetivamente, avalie as possibilidades de atendimento do presente pedido.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de correspondência ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública objetivando a realização de reformas gerais na delegacia policial localizada na Municipalidade de Barbosa Ferraz.

O Excelentíssimo Senhor Sebastião Gonçalves Ferreira tem insistido, desde há muito tempo, na realização da reforma do prédio onde está instalada a delegacia policial de Barbosa Ferraz. Integrante do Poder Legislativo, o mesmo tem sentido as constantes reclamações referentes ao estado da referida edificação, que põe em risco até mesmo a vida dos usuários.

Tendo em vista tratar-se de um pedido de grande importância para Barbosa Ferraz, que essa pasta, assim, dê a necessária atenção.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 146/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Artigo 1.º- Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA-PR.

Artigo 2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1985.

(a) PAULO FURIATTI

#### JUSTIFICATIVA:

A ASSOCIAÇÃO COMEC, é uma entidade autônoma, sem fins lucrativos, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços junto a comunidade nos termos das disposições estatutárias junto a cidade de Curitiba-Pr.

Assim sendo, justo que mereça o reconhecimento público estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 147/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Artigo 1.º- Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária dos Moradores da Colônia Rio Grande em São José dos Pinhais-Pr.

Artigo 2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) PAULO FURIATTI.

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Comunitária dos Moradores da Colônia Rio Grande, é uma entidade filantrópica visando congregar seus Associados no espírito cristão, prestando à comunidade relevantes serviços junto a população carente daquela cidade.

Assim sendo, justo que mereça o reconhecimento público estadual, o que estamos propondo à consideração dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 148/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.º- Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Produtores do Vale do Ribeira.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende seja declarada de Utilidade Pública, vem cumprindo com a finalidade que se propôs em seu Estatuto, ou seja, o estímulo ao desenvolvimento progressivo e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados.

A documentação juntada, preenche as exigências legais, para o seu reconhecimento, e seu Estatuto encontra-se registrado sob o número 09, às fls.15 do Livro A-1, do Cartório de Registro Civil de Bocaiúva do Sul, neste Estado.

PROJETO DE LEI N. 149/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art.1.º- Fica criado o Município de Godoy Moreira, desmembrado do Município de São João do Ivaí, com as seguintes divisas:

"Começa na Foz do Córrego Jirau até a sua nascente e dali em diante em linha seca de rumo 57.00' NE até o Rio da Bulha, por este acima até o confronto com o Município de Lunardelli, dali em diante em linha seca de rumo 57.00' NE até o Córrego Mangueirão, por este acima até a sua nascente e dali pelo divisor até a nascente do Córrego da Catabrina, por este abaixo



até o confronto com os Municípios de Luardelli e Jardim Alegre, dali em diante em linha seca de rumo 58.00' NE até o Rio Corumbataí, e por este abaixo até a Foz do Córrego Jirau, ponto de partida".

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei é a concretização das aspirações de um povo que há muito, luta denodadamente, no sentido da emancipação política do Distrito de GODOY MOREIRA.

A assunção desta postura política, por parte daquela insigne comunidade, é a resposta da estirpe de um povo que se destaca, por sua capacidade altamente agrícola com sucesso na cultura de produtos básicos, entre eles se destacando o feijão, milho, arroz, soja, algodão, etc., criando com isto grande desenvolvimento e progresso para a região Norte de nosso Estado e transformando-se em colaboradores expressivos no aumento das divisas de nosso País.

Ao apresentarmos este projeto de lei, consideramos a Lei Complementar n. 27 de 8 de janeiro de 1986, em seu cap. II e artigos 5.º e 6.º, contido na Lei Orgânica dos Municípios e o fazemos na certeza de que serão cumpridas todas as formalidades legais, uma vez que este Distrito preenche os requisitos exigidos, no escopo de ser elevado à condição de Município.

Na esperança de termos ceteriormente os nobres parlamentares engajados nesta luta, que não é minha, que não vem trazer uma cissiparidade obsoleta e tacanha, mas que vem de encontro às aspirações de toda a população do próspero Distrito de Godoy Moreira, solicitamos o apoio dos nobres colegas, que de antemão julgamos majoritário.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N. 150/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual, o Vídeo Clube Educativo Mourãoense, com sede e foro no Município de Campo Mourão.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente plano de lei reconhecer ao Vídeo Clube Educativo de Campo Mou-

rão, uma finalidade que lhe é intrínseca desde a sua fundação, em agosto de 1985.

Desde aquela data, a entidade vem contribuindo decisivamente para o progresso da comunidade mourãoense, seja através de inúmeras propostas seja por intermédio de suas atividades específicas. Aliás, é justamente em decorrência do alto nível de suas atividades que este centro cultural vem-se destacando: auxiliando professoras em exposições e motivações de aulas; demonstrando junto aos agricultores novas técnicas e métodos no preparo e conservação do solo, plantio, colheita, etc; orientação de aulas de trânsito para crianças; atendimentos a empresas em reuniões da sua cúpula administrativa; colaboração com associações de bairros em temas sobre saúde, higiene, nutrição, etc.

Acredito ser desnecessário acrescentar aqui maiores dados sobre a importância regional da entidade e de suas atividades peculiares para que esta Casa, num gesto de reconhecimento, passa a declarar que tais atividades tem interesse e finalidade pública.

Estando presentes todos os requisitos previstos na legislação para a concessão de tal benefício, solicito dos Nobres Pares o indispensável apoio para o presente projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual o Vídeo Clube Educativo Mourãoense.

PROJETO DE LEI N. 151/86

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º - O "Caput" do Art. 21, da Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art.21 - O servidor inativo do Estado que esteja exercendo ou tenha exercido, após aposentado, cargo em comissão por um período mínimo de três (3) anos consecutivos ou alternados, terá seus proventos de inatividade revistos na data do desligamento ao cargo que venha exercendo, ou a partir da data prevista no art.26, se já estiver desligado do cargo em comissão, com base no vencimento do cargo de maior símbolo que houver exercido por um período não inferior a um ano".

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor à data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

JUSTIFICATIVA:

Procura-se com o presente plano de lei, fazer justiça aos servidores inativos que muito embora tenham já trabalhado durante os anos indispensáveis para a sua



aposentadoria, continuam, ainda, prestando relevantes serviços ao Estado, ocupando desta feita um cargo em comissão. O fato de o servidor que ocupa o cargo em comissão ser ou não inativo é, cremos, irrelevante; o que realmente importa são os serviços que nesse cargo possa desempenhar.

Parece-nos, portanto, uma medida extremamente acertada que, após exercer por três anos consecutivos ou alternados um cargo em comissão, venha o funcionário inativo a ter seus proventos revistos com base no vencimento do cargo de maior símbolo que tenha exercido por um período não inferior a um ano. Seria desnecessário aqui referir o espírito de isonomia que anima o nosso ordenamento jurídico: todos são iguais perante a lei. De onde concluímos que situações iguais terão que ser reguladas identicamente.

Submeto à apreciação dos Nobres Pares este projeto de lei, na certeza de que terão os servidores inativos revista a sua situação dentro dos princípios jurídicos acima referidos.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está aprovada a ata.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno, inscrito.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Fiscalizar e defender os preceitos constitucionais e as normas contidas na legislação em geral, tais são, na sua atividade de representação da sociedade, algumas das funções primordiais desempenhadas pelo integrante do Ministério Público, juntamente com aquela que o tem caracterizado perante o povo como aquele que persegue o crime e busca a punição dos criminosos.

A defesa da sociedade e de seus valores, através da aplicação dos princípios legais cabíveis a cada caso, e do conceito mais puro de justiça de que estão imbuídos esses princípios, faz com que o Promotor de Justiça, no seu dia-a-dia, esteja permanentemente integrado no espírito do Estado. quer instinto dizer que, além do Estado atuar através da criação de normas reguladoras de disciplina social, atua também, através de um órgão, o Ministério Público, que nos tribunais, pelo processo, adequa essas normas aos casos concretos, nem sempre ou tão somente com a voz do acusador implacável, mas antes de tudo com a intenção e as ações dos que buscam a verdade e, em razão dela, clamam pela inocência e pela liberdade com a mesma dedicação com que lutam contra o crime e a favor da sociedade por ele conspurcada.

Porém, como instituição, o Ministério

Público possui normas próprias, reguladoras das atividades organizacionais e funcionais dos seus integrantes, condição, aliás, de equilíbrio dos interesses em jogo, venham a ter a necessária serenidade de atuação, para que, especificamente no Paraná, o Promotor prossiga no bom desempenho do seu mister de advogado da sociedade. É indispensável que o Estatuto do Ministério Público paranaense seja adaptado às determinações da Lei Federal n. 40, de 14 de dezembro de 1981, que dispõe sobre o assunto, bem como determinou o prazo de seis meses para a adaptação dos estatutos estaduais às suas normas. Na realidade, somos um dos poucos Estados da Federação que ainda não concretizou essa adaptação, embora a Procuradoria Geral da Justiça já tenha enviado ao Governo José Richa a proposta do novo Estatuto.

A importância deste novo documento legal, é tanto maior, quanto sabemos que o País vive neste momento, uma nova ordem econômica e social. Em decorrência, a atividade do Ministério Público, como fiscal da observância às novas diretrizes, tem-se revestido de desmedido valor. A defesa dos direitos do consumidor, do meio ambiente, dos bens de valor artístico, estético, histórico e paisagístico, e ainda outros interesses difusos, têm assumido características há muito tempo não vislumbradas. É o Promotor de Justiça em contato cada vez mais direto com a população, na defesa dos seus interesses.

Outro aspecto que conviria abordar no novo Estatuto, e que viria definitivamente dar real autonomia e independência à instituição, diz respeito à forma de escolha do Procurador Geral da Justiça. A concepção do Ministério Público dependente, "longa Manus" do Poder Executivo, urge seja definitivamente extirpada. A idéia de fornecer à instituição maior maleabilidade, independentemente da posição ideológica assumida pelo Governo possibilitaria uma modernização nas suas funções, conferindo-lhe cada vez menos as ingerências, muitas das vezes arbitrárias, e abrindo caminho para os verdadeiros desígnios da justiça.

A proposta de estabelecer a escolha do Procurador Geral da Justiça, através de uma lista tríplice votada pelo colégio de Procuradores e com um mandato de dois anos, traria maior independência para a instituição, inclusive na persecução de crimes contra a Administração Pública. O processo atual, da livre escolha do Procurador Geral, torna o Chefe do Ministério Público extremamente vinculado ao chefe do Executivo; este poderá demitir aquele a qualquer tempo (ad-nuntum), a seu exclusivo critério.

Aliás, o tema da autonomia do Ministé-

rio Público, em alguns Estados, como São Paulo, Rondônia, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, está já recebendo o tratamento adequado, com leis já prontas ou anteprojetos em fase final de tramitação.

Por outro lado, existe uma consulta de âmbito nacional, feita pela CONAMP (Confederação Nacional do Ministério Público), sobre a posição da instituição ministerial na Constituinte, inclusive sobre uma proposta futura de eleições diretas para a escolha do Procurador Geral em cada Estado, através da participação de toda a classe.

O Governo do Paraná, como já o fez com relação à escolha dos diretores das escolas públicas, precisa antecipar-se a estas futuras diretrizes da nova constituição. Atendendo a estes reclamos do Ministério Público do Estado, estaremos cumprindo nosso programa de Governo, democratizando esta instituição e fortalecendo-a no combate à corrupção e na defesa da sociedade.

Nunca é demais lembrar que o Ministério Público do Paraná obteve no decorrer do Governo José Richa, conquistas marcantes que se consolidaram através da Emenda Constitucional n. 16, de 29 de junho de 1983, cuja iniciativa se deveu a uma Mensagem Governamental.

Nela o Ministério Público ganhou autonomia administrativa e financeira, contando com dotação orçamentária própria; os Promotores e Procuradores de Justiça ganharam garantias tais como a revisão de vencimentos e vantagens, em igual oportunidade e percentual dos concedidos à magistratura; a aposentadoria voluntária aos trinta anos; a irredutibilidade de vencimentos; e outras conquistas que poderão agora ser melhor definidas através das normas estatutárias que vierem a ser votadas, por iniciativa do Governador do Paraná nesta Casa de Leis.

O Ministério Público e a sociedade paranaense só terão a ganhar com essa visão, do Governador João Elísio, para quem o futuro do Paraná não é só uma questão de mero devaneio, antes porém, uma realidade construída a partir de agora".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo Orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Sabino Campos.

O SR. SABINO CAMPOS - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Há anos lutamos nesta Casa de Leis, para que o Governo Federal formule uma nova política agrícola. Política que garanta aos produtores, condições adequadas para desenvolverem suas atividades e reoriente

a agropecuária para a sua principal função: fortalecer o mercado interno e fornecer à mesa dos brasileiros os produtos necessários à sua alimentação.

Entretanto, Senhores Deputados, obstinadamente, seguidos Governos teimaram em deixar a agropecuária sem qualquer política definida, em qualquer planejamento e sem definições de prioridades. E como resultado, a agropecuária nacional sempre caminhou à mercê dos acontecimentos, com seu norte sendo ditado em razão das imposições do mercado internacional.

Aliado a essa falta de definição verificamos, nos últimos tempos, um rápido agravamento dos problemas do meio rural, devido à crise econômica por que passava o País. Se antes, quando existiam recursos governamentais em abundância, a agricultura foi tratada como setor não prioritário; após a crise a situação piorou ainda mais. Os VBCs não atingiam índices estimulantes. Tornou-se uma rotina as liberações atrasadas de AGFs e EGFs. E os preços mínimos sempre se mantiveram aquém das necessidades dos produtores.

O resultado deste descaso, da falta de apoio e estímulo já são conhecidos por todos. Produtores descapitalizados e endividados. Inacreditáveis importações de alimentos facilmente produzidos em nossas terras como o milho, o arroz, e o feijão. E também, as constantes crises na bovinocultura, na suinocultura e na avicultura.

Com o advento da nova República reconhecemos que muita coisa mudou para melhor na agropecuária, principalmente após a efetivação do "Plano Cruzado", e a consequente extinção da correção monetária, que tanto afligia os produtores.

Mas, falta ainda o essencial, Senhores Deputados. Falta a definição de uma política global de estímulo e de priorização para a atividade rural. Esta definição, o Governo Sarney ainda está devendo para os homens do campo.

Diante deste quadro, Senhor Presidente e Senhores Deputados, alguns Deputados desta Casa de Leis, já há muito tempo, vêm trabalhando e lutando para que o Governo Federal se convença da necessidade de promover mudanças urgentes, também na agropecuária. Mas, por se tratar de esforços isolados, as iniciativas destes Parlamentares sempre esbarraram num grande problema: pouco poder de pressão.

Por esse motivo, é que vimos com muito otimismo o nascimento no Paraná, do Bloco Parlamentar Interpartidário Ruralista. Uma tentativa séria de união de diversos Deputados desta Casa de Leis, com os interesses da agropecuária paranaense, e que têm a firme intenção de lutar para reverter o quadro de injustiça que se verifica com os produtores rurais.

O objetivo deste Bloco é muito claro e simples, e consta do documento resultante da Sessão Especial sobre Agricultura promovida por esta Casa de Leis: É "a defesa intransigente da importância da agropecuária, como setor primário e fundamental da atividade econômica, sem o concurso da qual o Brasil não logrará promover um desenvolvimento equilibrado e sustentado.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, por acreditarmos que sem a união de todos os segmentos vinculados ao meio rural será muito difícil modificar a situação de dificuldades por que passa a agropecuária, deixamos aqui a nossa posição de apoio e participação no Bloco Ruralista formado nesta Casa de Leis, e que se reunirá amanhã, às 14 horas, para decidir a sua direção e para que juntos possamos conseguir aquilo que é uma luta antiga dos produtores rurais do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Márcio Almeida, inscrito.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Por dois motivos ocupamos o horário do Pequeno Expediente esta manhã. O primeiro deles para renovar o convite a todos, não só aos Senhores Deputados mas, também aos funcionários da Casa, especialmente às funcionárias, para o debate que a Comissão de Saúde da Assembléia promove amanhã à noite no pequeno plenário deste Poder, em conjunto com o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, a Secretaria de Saúde do Estado, a Superintendência Regional do INAMPS, o Centro de Planejamento Natural da Família e os Conselhos Estadual e Municipal da Constituição Feminina, promoção de debates sobre a saúde da mulher e o planejamento familiar; particularmente a discussão sobre a recente portaria do presidente do INAMPS que trouxe novidades neste setor e que em diversos Estados já vem resultando em projetos de implantação. Aqui no Paraná, a polêmica do controle da natalidade, a versão equivocada da proposta de saúde da mulher que a Comissão de Saúde desta Assembléia inclusive tem, é a de inserir as ações de planejamento familiar no contexto de um programa integrado de saúde da mulher, que o Paraná já vem defendendo há vários anos. Apesar de vários episódios que ocorreram por todo o Estado, de esterilidade, de controle mesmo naquela visão de interesse das multinacionais que atuam no campo. Amanhã à noite, aqui nesta Assembléia, estará se realizando este importante debate para o qual todos estão convidados.

Além disso, para solicitar, mais uma vez, a atenção e o necessário apoio dos Senhores Deputados a um requerimento de nossa autoria, que foi ontem solicitado para que hoje viesse à discussão e votação, e que se registre o posicionamento favorável à preservação do Parque Nacional do Iguaçu. Há, inclusive na imprensa, não só regional, mas já agora no plano nacional, referências, artigos e debates envolvendo diversos setores de nossa comunidade neste questionamento ao projeto de asfaltamento da Estrada do Colono.

Solicitamos a devida atenção dos Senhores Deputados no sentido de que não incorramos no equívoco de nos omitir diante da ação que necessita de uma resolução.

Ainda ontem, a "Folha de Londrina", registrava um artigo extenso, sob a forma de uma carta ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, em que os argumentos basicamente arrolados pelo próprio Conselho Estadual de Cultura, posicionando-se por unanimidade contrário ao projeto de asfaltamento da referida estrada, vem tendo, por parte das várias entidades que atuam no campo da preservação da ecologia, o total endosso.

Nós imaginamos que a consciência ecológica e política, no sentido mais amplo desta Casa, resultará do necessário posicionamento de que se encontre uma forma diferente de atender aos justos interesses e reclamos das comunidades imediatamente envolvidas dos Municípios que atingem a referida estrada, mas que não podem de forma alguma, serem superiores aos interesses das comunidades paranaense e nacional, na defesa de um Parque que tem uma história de criação bastante conturbada.

O nosso posicionamento é no sentido favorável de que se aprove o requerimento e gostaríamos de ver idêntico posicionamento assumido pelos Senhores Deputados.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Mário Pereira, inscrito.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na quinta-feira da semana passada, uma caravana composta por empresários, Prefeitos, Vereadores, Deputados, Senadores do Paraná, esteve em audiência no Palácio do Planalto, com o Presidente da República, Doutor José Sarney. Na audiência, participou o Ministro dos Transportes, José Renaldo Tavares, e o que levávamos à apreciação do Senhor Presidente, era a proposta do Paraná da constituição de uma empresa para construção da Ferrovia da Produção.

A Ferrovia da Produção, temos dito

aqui, temos feito coro a outras vozes do Paraná, a políticos, a empresários, e, na nossa opinião, é estrategicamente prioritária para a economia do nosso Estado. Não temos no Brasil, condições de competir no mercado internacional com outros países, como por exemplo, os Estados Unidos, por falta de condições de transportes terrestre interno. O maior exemplo disso é o relatório da American S. Association que tranqüiliza os produtores de soja americanos quando diz que o Brasil continuará sem condições de competir pela sua precariedade do sistema de transporte interno e que não vê condições que o Brasil possa superar essa dificuldade em função da sua enorme dívida externa. Os Estados Unidos produzem soja na região de Iowa a 2.600 km. do Golfo do México, consegue transportar por esses 2.600 Km, colocar uma tonelada de cereal dentro do navio, a custos de frete menores do que nós na região Oeste, 600 Km do litoral.

Mas, o mais grave para o Paraná, Senhor Presidente, é que o cerrado brasileiro já detém uma estrutura de transporte ferroviário e poderá, a médio prazo, inviabilizar produção de cereais no Paraná e transformar a região que mais produz no Brasil, que é exatamente o Oeste do Paraná, numa região de pecuária, provocando assim, o maior êxodo rural da história do nosso Estado, comprometendo seriamente o processo de agro-industrialização e a economia do nosso Estado, por ficar inviabilizada a agricultura. Em função disso, todo esse movimento pró-construção da Ferrovia da Produção, não através de um empresa que possa ter um controle centralizado de tráfego, assim como são as Ferrovias da Companhia Vale do Rio Doce, que possa ter convênio com o Porto de Paranaguá, para que aportem navios de maior tonelagem e possamos fazer cargas combinadas por exemplo, minério de ferro com cereal, com destino a outros países. Pois bem, a idéia tem sido desenvolvida e várias viagens foram feitas para motivar e conscientizar o empresário e a classe política do Paraná, como as Ferrovias da Companhia Vale do Rio Doce que culminou, quinta-feira, com audiência do Presidente Sarney.

Quero transmitir a essa Casa que a receptividade à nossa proposta foi acima da expectativa e o Presidente Sarney deu sinal verde à construção dessa Ferrovia, dizendo que esse exemplo do Paraná, em que se soma o capital público particular de risco, é uma experiência pioneira que deverá ser exportada a outros projetos de interesse do País e nos parabenizou, e o Ministro dos Transportes, em entrevista após a audiência com o Senhor Presidente, deu o prazo máximo de noventa dias para que o Governo do Paraná e o Governo do Ma-

to Grosso do Sul constituam a empresa que haverá de administrar a construção e, futuramente administrar a própria ferrovia, essa empresa de capital misto que deverão participar os empresários construtores e os empresários futuros usuários, os Governos do Mato Grosso do Sul, e do Paraná, e agora nossa última solicitação ao Governo também com a participação do Governo Federal.

Portanto, a palavra agora, Senhor Presidente, Senhores Deputados, está conosco e que o Governo do Paraná tome a iniciativa de constituição de uma empresa piloto juntamente com o Mato Grosso do Sul e possamos definitivamente, dar partida ao processo de início de construção da Ferrovia da Produção, que haverá de garantir a continuidade da produção e se transformar num importante fator do desenvolvimento industrial do Paraná.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Pequeno Expediente e não havendo oradores inscritos no Grande Expediente, passamos para o Horário das Lideranças.

Consulto a Liderança do PMDB, se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT. (Declina).

Havendo declinado, consulto a Liderança do PCB. (Declina).

Com a palavra, o Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Unicamente para registrar de forma oficial, perante a Assembléia Legislativa, o documento-base para fundamentar as coligações e/ou alianças partidárias, que o Partido Comunista Brasileiro apresentou aos demais partidos, com os quais vem mantendo conversações, a saber: o Partido Socialista Brasileiro, o Partido Humanista e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

A proposta do PCB de um programa mínimo interpartidário, de compromissos democráticos, abrange o elenco de proposições no campo do comportamento eleitoral propriamente dito, das eleições de 1986, quando nos posicionamos contra o abuso do poder econômico e as tentativas de corrupção eleitoral, a ampliação do debate político, com debate aprofundado nos meios de comunicações, mantendo o zelo pelo nível desse debate e garantindo a oportunidade de atuação parlamentar aos candidatos dos partidos políticos que além de aliados, vieram estabelecer coligações nas consti-

tuicionais.

A nossa proposta tem também, algumas indicações de linhas de ação ao futuro Governo do Estado, quando se apontam as necessidades de, por exemplo, institucionalizar alguns mecanismos de democratização que se conquistou nos últimos três anos, quando se indica uma efetiva prioridade orçamentária nas áreas de educação, saúde, habitação e meio ambiente, e detalha alguns projetos no plano cultural, educativo e científico paranaense em torno da Fundação de Amparo à Pesquisa do Paraná, um dos poucos Estados que ainda não tem esse mecanismo de captação e, inclusive, de recursos do plano federal.

E por último, registra os princípios básicos que defendemos, na futura Constituinte, quando uma série de medidas de cunho social e político, atingido não só a nível do modelo econômico, mas também no próprio plano da organização política do País, são propostos, entre os quais, por exemplo, a instalação de mecanismos parlamentaristas de Governo, com a extinção do Senado, notoriamente, e, nestes dias, mais do que evidente, um instrumento de atraso na vida política nacional, o SENADO da REPÚBLICA, que não tem cabimento de existir num País que avança democraticamente, e, do ponto de vista de ampliar alguns direitos sociais conquistados e que, lamentavelmente, nos últimos anos, foram vilipendiados.

A proposta de Constituição que o PCB apresenta à sociedade brasileira, com mais intensidade, a partir do início de julho, num amplo debate que se pretende levar é, de uma Constituinte democrática, que consolide a transição democrática, e que abra caminho às transformações econômicas e sociais.

Embora o projeto final da sociedade que o PCB faz questão de marcar, seja de uma sociedade socialista, no futuro, superando o poder capitalista, na nossa avaliação não é esta a situação colocada entre o dilema da política brasileira, no presente momento. Trata-se, sim, de resgatar a soberania nacional, fazendo o controle da remessa de lucros e dos demais instrumentos financeiros que atingem a fundo a economia brasileira. E, resgatada a soberania nacional, consolidado o regime democrático, temos certeza de que, pelo processo de organização e de politização da sociedade, os caminhos de construção da nova sociedade que, a grande maioria hoje já vislumbra, se dará dentro do terreno democrático, ampliando as conquistas e realizando as transformações que o País necessita.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o nosso registro era necessário, na medida em que o PCB faz questão de

colocar o "preto no branco", ou seja, em cima do papel as suas proposições, contraindo, nesta fase da legalidade, e assim, desfazer uma série de incompreensões que, nesses anos de arbítrio, foram construídas à custa de mentiras acusando-nos de tentar, através de conchavos ou entendimentos escusos, realizar as alianças com os Partidos que, então, tinham somente eles o direito de construir na legalidade o seu projeto.

Hoje, portanto, desta tribuna, fazemos questão de colocar em público, formalmente, neste Poder, para conhecimento de todos, a prática histórica que o Partido sempre teve de procurar as alianças com as forças afins, com vistas a fortalecer aqueles caminhos que nós julgamos serem de interesse da sociedade e colocando claramente que esses são os nossos interesses e nenhum outro de menor ordem.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - Consulto a Liderança do PTB se fará uso de seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou caminhando à mesa o seguinte requerimento: (Lê):

SÚMULA: O Deputado que adiante subscreve, no uso das suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Ministro das Minas e Energia, engenheiro Aureliano Chaves, com o texto que adiante propõe e que expressa uma manifestação oficial desta Assembléia como representação maior do povo paranaense.

Senhor Ministro:

O Paraná perdeu suas terras, sepultou Guaíra, expulsou gente humilde e trabalhadora, diminuiu sua arrecadação fiscal - tudo para sediar Itaipu, a maior hidrelétrica do planeta.

Agora, como consequência da estiagem, vê-se o Paraná novamente ameaçado de um racionamento energético, para desconforto de seus cidadãos e inevitáveis prejuízos da economia.

Enquanto isso, o canal do vertedouro de ITAIPU despeja massa imensa de água inaproveitada, vinda de cheias nos afluentes do Paraná em Mato Grosso do Sul, Minas e Goiás.

Abastecimento pela bacia do rio Iguaçu, cujo nível baixa cada dia, o Paraná tem uma situação singular. É potencial-

mente o maior produtor de energia do planeta, foi violentado em natureza e economia para chegar a tanto. E não tem eletricidade para iluminar as casas e fábricas de seus cidadãos.

Na seca do último verão, o Coordenador do Racionamento, Engenheiro Benedito Carraro, Diretor do Departamento Nacional de Obras e Energia Elétrica, reconheceu aqui que essa exdrúxula e injusta situação decorre de omissão do Governo Federal.

Para que o Paraná fosse abastecido da energia de ITAIPU, seria necessária a linha de transmissão da Usina até Ivaiporã, obra incumbida a Furnas que se encontra atrasada três anos.

Declarou ainda o Coordenador do Racionamento que essas obras foram declaradas de prioridade emergencial, para conclusão em novembro deste ano.

Posteriormente, como sempre não mais se falou do assunto. Terminado o racionamento, afirmam informantes da região de Ivaiporã que não houve aceleração algum das obras de Furnas.

Tendo em vista esses fatos, esta Assembleia Legislativa, representando a opinião pública paranaense, vem solicitar de Vossa Excelência um pronunciamento oficial sobre a questão.

Em que pé de andamento se encontram as obras da linha de transmissão ITAIPU - Ivaiporã, qual o prazo previsto em cronograma para que essa energia possa ser injetada no sistema interligado que abastece a Região Sul?

O Paraná, Senhor Ministro, sedento num oásis, cego num mundo de luz, Estado que está doando para a Região Sudeste enquanto sua economia se esvai, pede justiça, nada mais ao seu Ministro.

Que sejam tocados em ritmo de emergência essas obras de transmissão, para que antes mesmo de novembro esteja afastada a situação absurda de não haver eletricidade no maior produtor do planeta.

Mesmo cobrando omissão de seu Ministério, pelo atraso de três anos, numa obra indispensável, o povo do Paraná agradece o empenho pessoal que possa ter para cobrar de Furnas o trabalho do qual se omite".

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

ERONDY SILVÉRIO"

Era esse o teor do nosso requerimento, Senhor Presidente, o qual esperamos seja aprovado por unanimidade.

Para encerrar, nós ouvimos com atenção o pronunciamento do nobre Deputado Mário Pereira a respeito da Ferrovia da Produção. Nós vamos abordar, ainda esse assunto num tempo maior, Senhor Presidente, para mostrar à Casa que a Nova República está apenas se assenhorando de um trabalho de um Governo anterior. A Ferrovia da Produ-

ção nada mais é e nada menos é, do que a Ferrovia da Soja, quer dizer, inventou-se um novo nome, talvez para justificar os gastos fabulosos que se farão com a concessão de um novo projeto, quando o anterior está pronto e que já foi pago pelos cofres da Nação, pelo contribuinte brasileiro. Então essa história de Ferrovia da Produção é "balela". A Ferrovia é Ferrovia da Soja, já existe o projeto, já existe tudo, falta apenas o financiamento e escolher o consórcio de construtores e tocar a obra. Nada mais do que isso.

Mas, nós voltaremos a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto a Liderança do Partido Liberal se fará uso do seu tempo. (Declina). Havendo declinado consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal. (Declina). Está encerrado o Horário do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Nestor Baptista, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Senhores Deputados para a Comissão de Constituição e Justiça. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Artagnão Mattos Leão, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Quielise Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Senhor Deputado Paulo Furiatti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos líderes do PMDB, PTB, PCB, PDT, PFL, PL e PDS, constante do expediente, solicitando a prorrogação das sessões matutinas para o 2º semestre do ano em curso, até dia 31 de dezembro de 1986. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 137/86. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, com apoio do senhor Deputado Jorge Maia Filho, constante do expediente, solicitando preferência

de votação para o Projeto de Lei n. 132/86, constante da Ordem do Dia de hoje, bem como para o Projeto de Lei n. 126/86. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, com apoioamento do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando preferência de votação para os Projetos de Resolução n. 42 e 43/86. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ivan Gubert, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 97/86. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação acima aprovados:

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 137/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 77/86), que objetiva modificar a redação da Tabela "B", de que trata a Lei n. 7436, de 29/12/80. (Dispõe sobre a base de cálculo proventos de inatividade dos Serventuários da Justiça não remunerados pelos cofres públicos). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. 23/86, de 8/04/86, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 137/86

PARECER:

Por intermédio da Mensagem n. 77/86, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado encaminha à apreciação deste Poder Legislativo, o Projeto de Lei n. 137/86, que objetiva modificar a redação da Tabela "B", de que trata a Lei n. 7.436, de 29 de dezembro de 1980.

Analisando a proposição constata-se que, além da mesma obedecer os preceitos legais e constitucionais que regem a matéria, vem com justiça corrigir a distorção que ocorre nos proventos dos Serventuários da Justiça quando da sua aposentadoria.

Assim sendo, somos pela aprovação do projeto de lei ora em estudo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24/06/86.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

GILBERTO CARVALHO

Relator.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 132/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 73/86), objetivando alterar dispositivos da Lei n. 7051, de 04/12/78, que dispõe sobre a estrutura e organização da Coordenação da Receita do Estado - CRE. (Estabelece critérios no sistema da concessão do prêmio de produtividade). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimi-

dade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de autoria do Senhor Deputado Ervin Bonkoski, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO AO  
PROJETO DE LEI N. 132/86

Acrescente-se onde couber o seguinte artigo:

"Art. - O disposto no artigo 23, da Lei n. 7784, de 16/12/83 passa a ter como base, o vencimento do maior cargo constante do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia Legislativa, observados os índices percentuais estabelecidos na Tabela de Escalonamento Vertical respectiva, obedecido o prescrito no parágrafo único, do art. 14, da Lei n. 7.877, de 04/07/84.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1986.

(a) ERVIN BONKOSKI

Apoioamento: Rubens Bueno,  
Tadeu Lúcio Machado,  
Sabino Campos,  
Gernote Kirinus e  
Adhail Sprenger Passos.

JUSTIFICATIVA:

O artigo proposto estabelece critérios de vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa equânime, criado com a última reestruturação geral do pessoal da Secretaria do Legislativo, sem quebrar uma estrutura já adotada de um escalonamento real atribuído para aqueles que vêm prestando serviços a esta Casa.

Os princípios de Direito Administrativo fixam os vencimentos dos servidores públicos com base num escalonamento decrescente em relação sempre ao maior cargo da estrutura funcional e não a partir de um cargo intermediário.

Assim, no Poder Judiciário, os vencimentos básicos são determinados do cargo de Desembargador até o de Juiz Substituto.

Da mesma forma, nas Forças Armadas, o soldo é determinado a partir do soldo do posto oficial general, decrescendo até o posto de soldado raso.

A Emenda, ao conceder percentual sobre o vencimento maior, prevê, ainda, a proibição de percepção da gratificação constante do artigo 172, inciso III, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970.

Em discussão o Projeto e a Emenda.

Em votação o Projeto.

O SR. JORGE MAIA FILHO - (Pela ordem) -  
Senhor Presidente, apenas para orientação: é o Projeto n. 126/86 que entrou em votação?

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - o



Projeto de Lei n. 137/86 foi a primeira preferência, o segundo é o Projeto de Lei n. 132/86.

O SR. JORGE MAIA FILHO - Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em votação o Projeto de Lei n. 132/86, ressalvada a Emenda. Aprovado. Em votação a Emenda. Aprovada.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela ordem) - Senhor Presidente, gostaria de tomar conhecimento do inteiro teor da Emenda apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência atende e o Sr. 1º Secretário fará a leitura da Emenda.

O SR. 1º SECRETÁRIO - (Anibal Khury) - (Procede à leitura da Emenda).

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Após a leitura da Emenda). Sr. Presidente, pela importância da Emenda e pela surpresa deste Deputado, sugiro a Vossa Excelência que determine que a mesma seja encaminhada às respectivas Comissões permanentes.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Deputado Basílio Zanusso, o projeto já foi votado e não pode voltar às Comissões. A Emenda está apenas ao projeto. Está em votação a Emenda ...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, se o projeto já foi votado e não pode voltar às Comissões, consulto Vossa Excelência se a Emenda antes que seja votada não pode ser encaminhada? Então, por que vai implicar aqui ...

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Emenda está devidamente apoiada, Sr. Deputado. Terá que ser votada. A não ser que o Plenário a rejeite.  
Em votação a emenda.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Queria que Vossa Excelência registrasse meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Será registrado. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão. Aprovada.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem. Apenas para registrar, neste momento, haja vista que estamos aprovando uma Emenda de interesse de um segmento de funcionários da Assembléia Legislativa, aproveitando uma carona num projeto de lei, numa mensa-

gem encaminhada pelo Governador, onde procura-se acertar a situação dos funcionários da Secretaria das Finanças, da Coordenação da Receita Estadual, e gostaria de registrar, mais uma vez, porque esta talvez já seja a décima, ou a décima primeira, ou a vigésima vez que temos a insatisfação para com o comportamento desta Casa, ou da Mesa, sei lá de quem, quanto a um projeto que apresentamos onde se criaria definitivamente, se estabeleceria em definitivo, um quadro de pessoal na Assembléia Legislativa. Este projeto que foi apresentado no ano passado, já passou por alguns setores desta Casa, já foi aprovado por regime de urgência, já passou por pauta, já foi pedido para incluir na Ordem do Dia por mais de uma vez e, em nenhuma ocasião, estas determinações aprovadas pelo Plenário desta Casa foram levadas em cumprimento.

Aprovo a Emenda que se apresentou hoje aqui em favor de um segmento dos funcionários da Assembléia, mas com constrangimento quando penso que estamos aprovando uma coisa e esquecendo dos demais servidores desta Casa que são os celetistas e os adidos. O projeto que apresentamos contempla a todos. Por esta razão, reivindico mais uma vez que a Mesa tome medidas no sentido de mandar este projeto à votação, para que os Deputados possam então aprová-lo, ou rejeitá-lo, dentro do entendimento de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -

Esta Presidência atende a sua solicitação e se o projeto estiver com os pareceres devidamente aprovados, será incluído na Ordem do Dia de amanhã.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 126/86, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM N. 72/86, que autoriza o Poder Executivo a contrair, de acordo com as normas operacionais do Banco Nacional de Habitação - BNH, empréstimos até o valor de CZ\$ 199.414.450,00, para atender as responsabilidades financeiras do ESTADO DO PARANÁ, na execução do Programa de Prioridades Sociais - PPS, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por unanimidade, em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 42/86 (Mensagem n. 79/86, Ex-Proposição n. 83/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênio celebrado em 08/05/86, entre o Estado do Paraná, a FUMEST, FUNDEMAR, FUNEFI e os Municípios de Cascavel, Toledo, Marechal Cândido Rondon e Foz do Iguaçu, objetivando estabelecer condições mútuas com a finalidade de criar



a Fundação Estadual de Instituições de Ensino Superior do Oeste do Paraná.- Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 43/86 (Mensagem n. 80/86, Ex-Proposição n. 84/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênio celebrado em 08/05/86, entre o Estado do Paraná, o Município de Campo Mourão e a Fundação de Ensino Superior de Campo Mourão, objetivando estabelecer condições mútuas com a finalidade da criação da Fundação Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 97/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 68/86), que objetiva a inclusão no art. 2.<sup>o</sup>, parágrafo único, da Lei Complementar n. 21, de 26/10/84, do item VI, com a redação que especifica. (Revisão de proventos dos aposentados entre a data da Lei n. 7051, de 04/12/78 e 1.<sup>o</sup>/03/80). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, em REGIME DE URGÊNCIA.-Aprovado. Publicado no D.A. n. 18, de 31.03.86 - (mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 97/86

PARECER:

O Projeto de Lei Complementar em exame origina-se da Mensagem Governamental n. 68/86 e objetiva incluir no art. 2.<sup>o</sup>, parágrafo único, da Lei Complementar n. 21, de 26.10.84, o item VI, com a redação que especifica (revisão de proventos dos aposentados entre a data da Lei n. 7.051, de 04.12.78 e 1.<sup>o</sup>.03.80).

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental. Com efeito, a mesma se classifica entre as prerrogativas exclusivas do Chefe do Poder Executivo.

A alteração proposta visa oferecer cobertura legal a pedido de revisão de proventos pleiteada por contadores inativos da Secretaria das Finanças e devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo de Pessoal - CDP. Além disso, a medida proposta inclui, também, os funcionários inativos daquela Secretaria, que não receberam os benefícios da Lei n. 7.424, de 17.12.80.

Assim sendo, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando-se pela aprovação do referido Projeto de Lei Complementar.

Sala das Comissões, em 24.06.1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
IVAN GUBERT - Relator.

Passaremos à apreciação do restante da

matéria constante da Ordem do Dia, conforme Avulso distribuído aos Srs. Deputados:  
EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 111/86, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que estabelece normas para o registro de Oficinas Mecânicas de Desmanches de Veículos, e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

O SR. FUAD NACLI - (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação)

29 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. Está aprovado o projeto.

O SR. FUAD NACLI - (Pela ordem) Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere e solicita ao Sr. Primeiro Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal)

30 Srs. Deputados responderam à chamada.

Há "quorum" para deliberação e para prosseguimento da sessão.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n. 25/86 (ex-Proposição n. 71/86, Ofício n. 004/86), que aprova as Contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1985. - Aprovado. (Public. no D.A. n. 08/06, de 06/03/86).

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 13/84, que dispõe sobre a escolha democrática dos Reitores e vice-Reitores das universidades Estaduais e dos Diretores das Faculdades Estaduais isoladas, na forma que especifica, e dá outras providências. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e da C.E. - Aprovado.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 127/85, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. DANIEL BORGES DOS REIS. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 97/85, de autoria do Deputado NILSO SGUARZI, que cria o município de Nova Tebas, com território desmembrado do Município de Pitanga, com sede na localidade do mes-

mo nome e com as divisas do atual Distrito Administrativo. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Com Substitutivo Geral, em regime de Urgência. -

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando a retirada do Projeto de Lei n. 97/85, por vinte (20) sessões. - Aprovado. Fica, portanto, retirado por vinte (20) sessões, o Projeto de Lei n. 97/85.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 166/85, de autoria dos Deputados DIRCEU MANFRINATO, NILSO SGUAREZI e DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que torna obrigatória a remessa à Assembléia Legislativa, dos processos de qualquer espécie de licitação da Administração Direta, Indireta, Autárquica ou Vinculadas, e dá outras providências. Com Parecer Favorável da C.C.J., C.F. e C.O., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 189/85, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná a DINO JOSÉ BRONZE DE ALMEIDA. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em Regime de Urgência. - Aprovado, artigo por artigo.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 33/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 31/86), objetivando criar, na Secretaria de Estado da Educação, um (01) cargo de Provimento em Comissão, de Inspector Estadual de Educação, símbolo 4-C. Com Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. -

Sobre o referido projeto, Emenda de Plenário de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO  
AO PROJETO DE LEI N. 33/86

Inclua-se, onde couber:

"Art. As funções de assistente de Núcleo Regional, símbolo 1-F, em número de 44, constantes do anexo da Lei n. 7823, de 29 de dezembro de 1983, ficam transformados com a mesma denominação em igual número de cargos, de provimento em comissão, símbolo 6-C, da estrutura da Secretaria de Estado da Educação."

Sala das Sessões, em 25/06/86.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoiamento:

MÁRCIO ALMEIDA  
DIRCEU MANFRINATO  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR  
NESTOR BAPTISTA  
FUAD NACLI.

JUSTIFICATIVA:

Essas funções atualmente ocupadas por professores, correspondem ao desempenho de auxiliares diretos dos Chefes de Núcleos Regionais de Educação, e dos Inspetores Estaduais de Ensino, e estão distribuídos principalmente nos Núcleos Regionais de Curitiba, Londrina, e da área metropolitana de Curitiba.

Com uma melhor remuneração, possibilitar-se-á que a escolha seja feita entre técnicos de boa qualidade, não sendo exigível que já sejam integrantes do Quadro do Magistério.

Em votação o projeto. - Aprovado, artigo por artigo.

Em votação a emenda. - Aprovada.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 100/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 57/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao município de Cascavel, os lotes de terrenos n. 1 a 22 da quadra 6 e 1 a 12 da quadra 157-A, do Loteamento Curitiba, da sede do referido município. Com Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de Urgência. -

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edgard Pimentel, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a retirada por cinco (05) sessões, do Projeto de Lei n. 100/86, a fim de que seja procedido o levantamento dos lotes adquiridos de boa fé, no referido loteamento, e proposta a regularização dos mesmos. Aprovado. Fica, portanto, retirado por cinco (05) sessões o Projeto de Lei n. 100/86.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 28/86 (Mensagem n. 30/86, ex-Proposição n. 47/860, oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, com o Município de CLEVELÂNDIA, de 31/10/84, objetivando a realização da XII Exposição Agropecuária e Industrial, e com o Município de PRUDENTÓPOLIS, de 21/11/84, visando a realização da I Festa do Mel e II Encontro de Apicultores. Em Regime de Urgência. - Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 98/84, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY e outros, que assegura aos aposentados nos regimes das Leis n. 7074 e 7122/79, que tiverem incluídas em seus proventos as vantagens da Lei n. 6794, de 08/06/76, os direitos a este benefício, na forma que especifica. Com Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime

de Urgência. - Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 98/84.  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º - Ficam assegurados aos aposentados nos regimes das Leis n. 7074/79 e 7122/79, que tiveram incluídas em seus proventos as vantagens da Lei n. 6794, de 08 de junho de 1976, os direitos a este benefício, nos termos constantes dos respectivos atos de aposentadoria.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de maio de 1984.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento:

Antônio Annibelli, Ivan Gubert, Antônio Belinati, Tuguio Setogutte e Gilberto Carvalho.

JUSTIFICATIVA:

Procuradores e engenheiros inativos do Estado pleiteiam seja votado um dispositivo de lei que defina com clareza os direitos que lhes foram atribuídos pela Lei n. 6.794/76 e incluídos em suas resoluções de aposentadorias.

Em virtude de errônea interpretação das leis que regem a espécie, tais direitos passaram a ser questionados posteriormente às respectivas aposentadoria.

Ao conceder aposentadoria aos integrantes das carreiras instituídas pelas Leis n. 7074/79 e 7122/79, o Estado do Paraná, através do seu Órgão competente - Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, que inseriu nos atos de aposentadoria, os benefícios da Lei n. 6794/76, (Gratificação por Serviço Extraordinário), tendo o Egrégio Tribunal de Contas do Estado, homologado as aposentadorias, determinando os respectivos registros.

Estes atos ocorreram no ano de 1.979, tendo as decisões do Tribunal de Contas transitado em julgado.

Um ano após, através do Parecer Normativo n. 90/80 da Procuradoria Geral do Estado, foi derogado o direito à vantagem da gratificação por serviço extraordinário, passando a ser questionada em juízo.

Na realidade, os beneficiados pela referida gratificação, vinham e continuam percebendo-a há mais de quatro anos, sendo parte integrante do seu patrimônio.

O Estado, através dos meios próprios, conseguiu, em parte, sucesso na demanda. Em consequência, pesa sobre os atingidos a iminência da supressão dessa parcela dos seus proventos, com graves prejuízos econômicos, até mesmo para a subsistência dos seus familiares, mormente neste momento de crise.

Convém ressaltar que, a permanência da

percepção da vantagem em apreço, não onera o Erário do Estado, porquanto, já consta a mesma na verba orçamentária de pessoal, que vem sendo paga normalmente não havendo necessidade de previsão de recursos.

Toma-se a liberdade de apresentar minuta de anteprojeto de lei para regularizar celeuma existente e sanar uma injustiça para com os inativos das carreiras acima mencionadas, que durante anos prestaram serviços relevantes ao Estado, na expectativa de integrar aos seus proventos as gratificações a que fizeram jus.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 98/84

PARECER:

O presente Plano de Lei de autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, pretende assegurar aos aposentados nos regimes das Leis n. 7.074/79 e 7.122/79, que tiveram incluídas em seus proventos as vantagens da Lei n. 6.794, de 08 de junho de 1976, os direitos a este benefício, nos termos constantes dos respectivos atos de aposentadoria.

A Lei diz respeito aos Engenheiros e Procuradores inativos do Estado que pleiteiam seja votado um dispositivo de lei que defina com clareza os direitos que lhes foram atribuídos pela Lei n. 6.794/76 e incluídos em suas resoluções de aposentadoria, para por fim às contraditórias interpretações da Lei.

Dos termos da justificativa, ressaltam a conveniência e oportunidade da medida proposta.

Sendo assim, somos favoráveis à tramitação do Projeto, pelos demais órgãos desta Casa, bem como pela sua aprovação.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável. (Leis em anexo).

Sala das Comissões, em 26.06.1984.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente;  
TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 98/84

PARECER

O Plano de Lei em estudo, de autoria do eminente Deputado Anibal Khury e subscrito por outros nobres Deputados, tem por objetivo assegurar aos aposentados nos regimes das Leis n. 7074 e 7122/79, que tiverem em seus proventos as vantagens da Lei n. 6794, de 08.06.76, os direitos a este benefício, na forma que especifica.

Analisada a proposição pela Comissão de Constituição e Justiça recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão de Finanças não se encontram óbices a sua normal tramitação pela Casa.

O parecer, portanto, é pela aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 27.09.1984.

(aa) ERVIN BONKOSKI - Presidente;  
EZEQUIAS LOSSO - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 135/84, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DA REGIÃO DE CIANORTE"- ACRENORTE, com sede e foro no Município de Cianorte. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. \_ Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 135/84.  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.<sup>o</sup> - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos "Criadores" da Região de Cianorte-ACRENORTE, com sede e foro no Município de Cianorte.

Art. 2.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de junho de 1986.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

JUSTIFICATIVA:

A documentação anexa, preenche os requisitos essenciais da Lei n. 6.994, de 10 de dezembro de 1978, que regula a matéria de utilidade pública em nosso Estado, razão pela qual, solicitamos aos nobres Pares o devido apoio e sua posterior aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 135/84

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Dirceu Manfrinato tem por finalidade declarar de utilidade pública a "Associação dos Criadores da Região de Cianorte - ACRENORTE".

Encontra-se o processado devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994 de 10/01/78, inexistindo, portanto, qualquer óbice de natureza regimental ou legal a sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor, nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.06.1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente.  
IVAN GUBERT - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 292/85, de autoria do Deputado EDGARD PIMENTEL, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor NELSO VETTORIELLO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, em REGIME DE URGÊNCIA.

Aprovado. (Publicado no D.A. n. 121/85, de 07.11.1985).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 292/84

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do nobre Deputado Edgard Pimentel, tem por finalidade conceder o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Nelso Vettoriello.

Nos termos da detalhada justificativa apresentada pelo seu autor e dos demais dados anexados à Proposição em tela, temos que a matéria se encontra em consonância com os dispositivos legais normativos da legislação estadual pertinente, a qual seja, a Lei n. 5.638, de 13/09/67, não havendo qualquer impedimento, quer legal ou constitucional que possam obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.06.1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 306/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade pública estadual a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA DO MUNICÍPIO DE CAMPINA DA LAGOA", com sede naquele Município e foro na Comarca de Ubatuba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no D.A. n. 127/85, de 09.11.1985).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 306/85

PARECER:

O presente plano de lei de autoria do Deputado Rubens Bueno, tem por finalidade declarar de utilidade pública estadual a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Campina da Lagoa.

O plano de lei está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada há que possa impedir a sua normal tramitação por esta Casa.

Nestas condições, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17.06.1986.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 308/85, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que concede Gratificação de Representação aos Assistentes Jurídicos ativos

e inativos, do Quadro Geral do Poder Executivo, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.-Aprovado. (Publicado no D.A. n. 128/85, de 20 de novembro de 1985.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 308/85

PARECER:

De autoria dos nobres Deputados Anibal Khury e Rubens Bueno, o presente plano de lei visa instituir a Gratificação de Representação aos Assistentes Jurídicos conforme estabelece, e dá outras providências.

A matéria está plenamente justificada, conforme preceitua o Regimento Interno.

Tendo em vista o seu caráter social e de Justiça e levando-se em consideração, de que, caso haja interesse da administração estadual na sua aplicação, o vício de origem será sanado através da sanção governamental, opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1986

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
HERMAS BRANDÃO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N. 308/85

PARECER:

O nobre Deputado Anibal Khury apresenta o projeto de lei em exame com a intenção de conceder Gratificação de Representação aos Assistentes Jurídicos do Quadro Geral do Poder Executivo.

Apreciada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, a matéria recebeu parecer favorável, identificando porém, o seu vício de origem. Contudo, o próprio parecer daquela Comissão entende que "caso haja interesse da Administração Estadual na sua aplicação, o vício de origem será sanado através da sanção governamental.

Destaca-se na medida proposta o seu elevado alcance social.

Assim sendo, e embasados na manifestação da Comissão de Constituição e Justiça, opinamos favoravelmente à matéria.

Somos pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1986

(aa) ACIR MEZZADRI - Presidente;  
DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 330/85, de autoria do Deputado RUBENS BUENO, que denomina "RODOVIA LUIZ VITORINO MARQUÊS, a estrada que liga a PR-479 Moreira Sales-Tuneiras do Oeste. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado. (Publicado no D.A. n. 139/85, de 5 de dezembro de

1985). COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 330/85

PARECER:

O Projeto de Lei em estudo, de autoria do nobre Deputado Rubens Bueno visa denominar "Rodovia Luiz Vitorino Marques", a estrada que liga Moreira Sales a Tuneiras do Oeste.

Não havendo óbice legal ou constitucional, somos pela aprovação da proposição, tendo em vista a justificativa que acompanha a proposição.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1986

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
IVAN GUBERT - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 42/86, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor RENÉ ARIEL DOTTI. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.- Aprovado. (Publicado no D.A. n. 15, de 24.03.1986).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 42/86

PARECER:

O nobre Deputado Ailton Cordeiro, através de Lei de sua autoria que leva o n. 42/86, propõe a concessão do Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Dr. René Ariel Dotti.

Analisando a proposição constatamos que a mesma está devidamente de acordo com a legislação, além de vir homenagear um cidadão paranaense que, conforme se pode depreender da leitura do "curriculum vitae" do Dr. René Ariel Dotti, vem elevando cada vez mais o nome do Paraná, não só no Brasil, como pelo mundo afora.

Assim sendo, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação da matéria.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1986

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
EDMAR LUIZ COSTA - Relator.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 90/86, de autoria do PODER EXECUTIVO - Mensagem n. 55/86, que autoriza o Poder Executivo a doar à Guarda-Mirim de Engenheiro Beltrão, a data de terras n. 15, da Quadra n. 36, com 779,80m<sup>2</sup>, situada na sede do Município de Engenheiro Beltrão e objeto do Registro n. R01/7599, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca. Com PARECER APROVADO da C.C.J., por unanimidade.- Aprovado. (Publicado no D.A. n. 37, de 5.5.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N. 90/86

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 55/86, o projeto de lei em exame visa autorizar o Poder Executivo a doar à Guarda-Mirim de Engenheiro Beltrão, a data de terra n. 15, da Quadra n. 36, com 779,80m<sup>2</sup>, situada na sede do Município de Engenheiro Beltrão e objeto do registro n. R. 01/7.599, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

O próprio projeto de lei, em seu artigo 2.º, justifica a medida ao afirmar que "a data de terras destina-se às instalações da sede da entidade beneficiária e de acomodações para atendimento de menores carentes".

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental.

Desta maneira, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido projeto de lei.

Sala das Comissões, em 24 de junho de 1986

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;

BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 95/85, de autoria do Deputado Caíto Quintana, fica criada na estrutura da Assembléia Legislativa uma creche, destinada a abrigar os filhos de servidores do Poder, que estejam compreendidos na faixa de 0 (zero) a 6 (seis) anos de idade, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da Comissão Executiva e da C.C.J.- Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 95/85

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Fica criada na estrutura da Assembléia Legislativa do Estado uma creche, destinada a abrigar os filhos de servidores do Poder, que estejam compreendidos na faixa de zero (0) a seis (6) anos de idade.

Art. 2.º - A Comissão Executiva regulamentará, no prazo de 90 (noventa) dias a aplicação do disposto no artigo anterior.

Art. 3.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de agosto de 1985.

(a) CAÍTO QUINTANA.

JUSTIFICATIVA:

Estamos, com a medida proposta, tentando dar aos servidores deste Poder uma comodidade que se constitui em medida justa e racional, já adotada por todos os órgãos governamentais do Centro Cívico, e que beneficia grandemente aos servidores que têm filhos na faixa etária compreendida entre zero e seis anos, principalmente no tocante às mães com filhos em época de

amamentação. Em recente levantamento feito junto ao Departamento Pessoal, foi levantado o expressivo número de duzentos e dez (210) servidores que têm dependentes na faixa referida, o que por si só já justificaria a existência de uma creche.

COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 95/85

PARECER:

I - DO PROJETO

Preliminarmente, esta Comissão vem apreciar o Projeto de Resolução n. 95/85, de autoria do nobre Deputado Caíto Quintana, ao qual foi anexado o Projeto de Resolução n. 148/85, de autoria da nobre Deputada Ironði Pugliesi, por tratarem da mesma matéria.

II - DA MATÉRIA

O Projeto de Resolução em tela tem como escopo a criação, na estrutura da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, de uma creche destinada a abrigar os filhos de servidores deste Poder, que estejam compreendidos na faixa de zero (0) a seis (6) anos de idade.

A criação de uma creche na Assembléia Legislativa será de grande valia para os filhos dos funcionários que nela militam desde que atenda aos requisitos da moderna administração científica, racional e harmônica, para execução de atividades previamente planejadas.

A relevância social da matéria é indiscutível, tendo em vista que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) dispõe em seu artigo 399 que: "O Ministro do Trabalho conferirá diploma de benemerência aos empregadores que se distinguirem pela organização e manutenção de creches e de instituições de proteção aos menores em idade pré-escolar, desde que tais serviços se recomendem por sua generosidade e pela eficiência das respectivas instalações".

III - DO PARECER

Nestas condições, sendo a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua ratificação na forma de regulamento que será devidamente elaborado por esta Comissão Executiva, no prazo estabelecido.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 7 de abril de 1986.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 95/85

PARECER:

O nobre Deputado Caíto Quintana vem

apresentar projeto de resolução criando, na estrutura da Assembléia Legislativa do Estado, uma creche destinada a abrigar os filhos de servidores deste Poder, que estejam compreendidos na faixa de zero a seis anos de idade. Apenso ao mesmo depa-ramos com o Projeto de Resolução n. 148/85, de autoria da Deputada Irondy Pugliesi, com idêntica proposição.

Apreciando a matéria constatamos que, além de ser uma medida necessária para aliviar a angústia, principalmente de mães trabalhadoras que precisam deixar seus filhos entregues a pessoas não habilitadas enquanto prestam serviços em prol do desenvolvimento do Paraná, não encontra nenhum óbice legal ou constitucional que impeça sua normal tramitação na Casa.

Assim sendo, nosso parecer é favorável à aprovação das iniciativas ora em estudo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1986

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente;  
ODENI MONGRUEL - Relator.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 26/86 (Mensagem n. 07/86, ex-Proposição n. 29/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio celebrado em 11/11/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, com a interveniência do DER, e a autarquia municipal Serviço de Pavimentação de Londrina, objetivando o recapeamento asfáltico e a execução de operação tapa buraco em vias da municipalidade. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 27/86 (Mensagem n. 09/86, ex-Proposição n. 31/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os termos aditivos celebrados em 07/06/85, pelo Estado do Paraná, pela Secretaria da Administração, com os Municípios de FAXINAL e CURITIBA, visando complementação de recursos financeiros para execução de obras, com utilização de tecnologia do sistema construtivo de natureza alternativa solo-cimento. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 29/86, (Mensagem n. 33/86, ex-Proposição n. 49/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, com os Municípios de CLEVELÂNDIA, 27/11/85, LOBATO, 21/11/85, UNIÃO DA VITÓRIA, 28/11/85, com os objetivos que especifica. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 30/86 (Mensagem n. 35/86, ex-Proposição n. 51/86), oriundo do Parecer aprovado por

unanimidade da C.C.J., que aprova o ajuste celebrado em 10/11/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando a execução do teste de progênie em bovino leiteiro, no Estado do Paraná. - Aprovado.

O SR. JORGE MAIA FILHO - (Pela Ordem) Sr. Presidente, queria fazer um requerimento a esta Casa.

Como estamos à beira do recesso parlamentar, e temos diversos projetos a serem votados, e sabemos que amanhã está incluída uma Sessão Solene às 10:00 horas, eu queria requerer a Vossa Excelência que essa Mesa marcasse para amanhã, às 09:00 horas, uma Sessão Ordinária, e, logo após, uma outra sessão, para que adiantássemos os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE - Esta Presidência defere e marcará a sessão para às 09:00 horas de amanhã.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 31/86, (Mensagem n. 38/86, ex-Proposição n. 54/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os convênios celebrados em 09/01/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os municípios adiante mencionados, com a participação da COMEC, objetivando aplicação de recursos financeiros do PME/Pr, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 32/86 (Mensagem n. 40/86, ex-Proposição n. 57/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio celebrado em 01/11/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e da MINEROPAR, e a Universidade Federal do Paraná, com vistas à execução do Projeto Geológico "Aspectos Culturais e Estratigráficos do Grupo Açungui, no Estado do Paraná". - Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 33/86 (Mensagem n. 42/86, ex-Proposição n. 59/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova os termos aditivos firmados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Guarapuava, com vistas à complementação de recursos e à prorrogação do prazo de vigência dos Convênios originários. - Aprovado.



1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 34/86 (Mensagem n. 41/86, ex-Proposição n. 58/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o termo de revigoração de 20/12/85, ao convênio celebrado em 17/09/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e a Fundação Faculdade de Ciências Humanas de Francisco Beltrão, com vistas a determinar novo prazo e complementar recursos para a execução do projeto. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 35/86, (Mensagem n. 43/86, ex-Proposição n. 60/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com o Ministério da Indústria e do Comércio, de 19/11/85, com Ministério da Indústria e do Comércio e a Secretaria da Indústria, Comércio e Minas de Pernambuco de 05/12/85, e Universidade Federal do Paraná de 27/12/85, todos com objetivos adiante mencionados. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 36/86, (Mensagem n. 53/86, ex-Proposição n. 67/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênios celebrados em 06/02/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem, com interveniência da SUDESUL e os Municípios que especifica, com vistas à recomposição do sistema viário da área impactada pela formação do Reservatório da Hidrelétrica de Itaipu. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 37/86, (Mensagem n. 54/86, ex-Proposição n. 70/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o Convênio celebrado em 09/12/85, entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Planejamento, dos Transportes e do DER e a SUDESUL, objetivando a recomposição do sistema viário regional do oeste paranaense. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 38/86, (Mensagem n. 60/86, ex-Proposição n. 75/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o convênio celebrado em 16/10/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Município de CORBÉLIA, visando a realização da II Festa das Flores nessa municipalidade. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 39/86, (Mensagem n. 71/86, ex-Proposição n. 79/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova convênio

celebrado em 24/04/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, objetivando a realização do Encontro Nacional de Órgãos Estaduais de Articulação, com os municípios. - Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 40/86, (Mensagem n. 51/86, ex-Proposição n. 68/86), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da C.C.J., que aprova o convênio celebrado em 05/02/86, entre o Estado do Paraná e a PETROBRÁS, com a interveniência da PETROBRÁS Distribuidora S/A, do Banco do Estado do Paraná S/A e do DER-PR, objetivando o fornecimento de asfaltos para a aplicação em obras de pavimentação do sistema viário do Estado do Paraná. - Aprovado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lurdes Cavaleiro Brenner, ocorrido no Município de Cerro Azul. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Tadeu Nunes, ocorrido no Município de Campo Mourão. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Ivone Etgeton Fornello. - Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 208/86, que dispõe sobre a criação, no âmbito da CRE, de um Grupo Ocupacional de Planejamento, Administração e Apoio. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 146/85, que versa sobre os limites de confrontações do Município de Doutor Camargo. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 81/86. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Serviço de Obras Sociais - SOS, do Município de Londrina. - Aprovado. À Dire-



toria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do IAM, por intermédio da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a liberação de verba para a Creche Alan Kardec, do Município de Peabiru. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Administração, encarecendo a aprovação de proposta, conforme especifica. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, encarecendo o envio de livros didáticos para a Escola Estadual General Carneiro, Ensino de Primeiro Grau, no Município de Roncador. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a elevação da Comarca de Ubiratã, de Entrância Inicial para Entrância Intermediária. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo recursos para a construção de um posto de saúde para a localidade de Lirial de São Luiz, do Município de Araruna. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente do BANESTADO S/A, por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a implantação de um posto avançado dessa instituição, para a localidade de Bourbônia, Município de Barbosa Ferraz. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando o asfaltamento ligando o Distrito Administrativo de Bela Vista do Piquiri ao Município de Campina da Lagoa. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. José Pedro da Rocha Netto, que acaba de deixar a Presidência da EMOPAR. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente,

solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, viabilizando a implantação de um telefone público, no Município de Campo Mourão. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo recursos para construir uma cozinha e refeitório no Colégio Estadual Padre Antônio Vieira, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, do Município de Engenheiro Beltrão. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a destinação de uma ambulância para o Município de Fênix. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, viabilizando o envio de um projetor de "slides" para a Escola Estadual IV Centenário, Ensino de Primeiro Grau, no Distrito do mesmo nome, município de Goioerê. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo providências quanto a segurança da rodovia ligando o município de Iretama até a BR-487. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, encarecendo a destinação de verbas para a APMI, existente no Município de Janiópolis. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do Banco do Brasil, encarecendo a criação e instalação de uma agência no Município de Juranda. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a criação e instalação de um pelotão da Polícia Militar, no Município de Mamborê. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr.

Secretário dos Transportes, encarecendo a liberação de recursos para o recapeamento da Avenida Marília, no Município de Mariluz. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando a liberação de recursos orçamentários, para a construção de uma ponte sobre o Rio da Várzea, no Município de Peabiru. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encarecendo a destinação de recursos, para a construção de um terminal rodoviário no Município de Quinta do Sol. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação da estrada que liga os Municípios de Roncador a Pitanga. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da TELEPAR, visando a implantação de novos canais telefônicos para o Distrito Administrativo de Yolanda, no Município de Uiratã. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, por intermédio da Governadoria do Estado, encarecendo a construção de uma linha de alta tensão entre os Municípios de Araruna e Peabiru. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, objetivando reformas gerais na Delegacia Policial do município de Barbosa Ferraz. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, visando a construção de lombada no Município de Campina da Lagoa. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a construção de três novas salas de aula para a Escola Estadual Casemiro de Abreu, localizada no Distrito Administrativo

de Farol, no Município de Campo Mourão. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Mesa Executiva desta Casa, encarecendo apoio para a realização do VI Congresso Regional Sul de Patologia, fornecendo duas passagens de ida e volta para o trecho Curitiba - Londrina, a conferencistas convidados. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Superintendente do INAMPS-PR, pela assinatura da Portaria n. 1504, de 17 de junho do corrente ano. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo o atendimento das reivindicações dos funcionários das CIRETRANS e Postos de Serviços no Estado. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Secretária da Educação, indicando o nome da Sra. Ana Molina Garcia, pioneira do Município de Londrina, já falecida, para patronesse e nome da Escola Estadual de Primeiro Grau, localizada no Jardim Panorama, no Município de Londrina. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente da República, pela sua notável decisão de ser inserida a frase "Deus seja louvado", nas cédulas de 10, 50, 100 e 500 cruzados a serem lançadas em outubro, pela Casa da Moeda. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo atendimento ao pedido de material de cozinha para a merenda escolar do Colégio Estadual Professora Elzira Correia de Sá, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, do Município de Ponta Grossa. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um posto telefônico na localidade de Sapé, no Município de Ortigueira, mais precisamente na Mercearia e Máquina de Arroz Nossa Senhora

Aparecida. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Interior, encarecendo a instalação de uma nova torre de repetição de sinais de televisão, no Município de Reserva, transferindo a que lá se encontra em funcionamento, para a localidade de Rio Novo, no mesmo Município. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Sra. Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a construção de calçadas de ligação entre o bloco novo, recém-construído, com os blocos mais antigos, bem como a colocação de pedriscos nas demais áreas não calçadas, no Colégio Estadual Professora Elzira Correia de Sá, no Município de Ponta Grossa. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Superintendente da EMOPAR, por intermédio da Secretaria da Administração, encarecendo reparos no prédio do bloco administrativo do Colégio Estadual Professora Elzira Correia de Sá, Ensino de Primeiro e Segundo Graus, no município de Ponta Grossa. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro das Minas e Energia, com o texto que adiante propõe, e que expressa uma manifestação oficial desta Casa como representação maior do povo paranaense, que seria necessário o abastecimento da energia de Itaipu, numa linha de transmissão da Usina até Ivaiporã, obra incumbida a Furnas, que se encontra atrasada há três anos. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários do Município de Londrina. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da República, encarecendo providências, no sentido de que seja evitada a construção da "Estrada do Colono", que vai ameaçar o Parque Nacional do Iguaçu. - Em discussão.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - (Pela Ordem) Sr.

Presidente, requeiro que Vossa Excelência deterine a leitura do teor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Solicito que o Sr. Primeiro Secretário proceda a leitura do requerimento.

(É procedida a respectiva leitura)

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Peço a palavra, para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está com discussão encerrada, Sr. Deputado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Então, peço a palavra, para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Concedo a palavra para encaminhar, ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Infelizmente, fica mais uma vez provado, nesta Casa, que alguns dos Srs. Deputados procuram intrrometer-se em alguns assuntos que não são do seu conhecimento, e é o que acontece neste momento com o Sr. Deputado Márcio Almeida, que, acredito, sequer conhece a região, onde há mais ou menos vinte anos há uma luta da região Oeste paranaense, que está até mesmo acima das cores partidárias, luta esta para que se asfalte um pequeno trecho já existente há muitos e muitos anos, trecho de uma estrada no leito natural.

Há poucos dias tive a oportunidade de comparecer em uma concentração convocada pelo partido do PMDB, onde compareceu uma grande parcela da comunidade sudoestina e oestina nas cidades de Medianeira e Capanema.

Nós entendemos a preocupação do Deputado Márcio Almeida. Preocupação do não asfaltamento do trecho que realmente é o que traz o progresso e o desenvolvimento das regiões oestina e sudoestina. Preocupação comprometida em palanque pelo então candidato a Governador do Estado, Sr. José Richa, às populações daquelas regiões de asfaltar, a qualquer custo, o trecho que liga Capanema a Medianeira.

Eu até entenderia que, se não houvesse abertura, se hoje não estivessem naquele trecho, transitando caminhões com carga pesada e carros pequenos, de passeio, viria realmente a prejudicar a fauna e a flora da nossa região. Entretanto, por ali nasceu o progresso do Oeste, onde os gaúchos e catarinenses vieram ajudar o desenvolvimento do Oeste paranaense. De há mui-

to tempo a luta é grande; todos querem o asfaltamento da estrada e o projeto realizado pelo Governo do Estado, através do DER, da Secretaria dos Transportes, indica que ela não vai mais sequer derrubar uma árvore do Parque Nacional do Iguaçu; será feita uma rodovia que vai, tecnicamente, preservar a fauna e a flora da região; com apenas 6,60m de estrada, atendendo já o leito natural, que por ali já transitam, os veículos há muitos anos. A cada 6,00 metros, haverá uma passagem para os animais silvestres da região, e será feito um policiamento mais seguro para preservar o que temos de natureza regional.

Agora pergunto, Deputado Márcio Almeida: quais as lutas que nasceram, até hoje, para proibir a duplicação de estradas asfaltadas em parques nacionais, para atender os turistas que vão apenas conhecer e passear? Quando pedimos o asfaltamento de uma estrada para escoar o progresso, a produção da região? Entendo que o Deputado Márcio Almeida não compareceu sequer, em nenhuma das reuniões. Nem o seu Partido Comunista, para atender a sociedade do Oeste e do Sudoeste paranaense. Mas, diversos Deputados da sua ex-bancada lá compareceram. Entre eles, Gernote Kirinus, José Antônio Fonseca, Paulo Furiatti e outros, que no momento me falha a memória.

Da outra bancada, o Deputado Werner Wanderer e este Deputado que vos fala, também têm a preocupação de atender a região.

Há dias atrás, repito, comparecemos a uma grande concentração. Ficou provado, até mesmo por alguns ecologistas, que não vai prejudicar, porque já existe o trânsito naquela região. Apenas debateu contra o asfaltamento da BR-163, hoje PR-163, e a famosa Estrada do Colono, um vereador de Foz do Iguaçu, o Vereador Roberto Lange, do PMDB. Mas não foi debater com a sociedade, apenas se pronunciou através de rádio e televisão contra o que entendemos que só vai beneficiar o Paraná, porque, por ali, o escoamento é perfeitamente natural e não vai prejudicar em nada.

Agora, gostaria de ver o pronunciamento de Vossa Excelência. É contra o que querem fazer no próprio Sudoeste, a construção de mais uma hidrelétrica.

Esta hidrelétrica vai alagar, vai acabar com a fauna e a flora da nossa região, mas não o asfaltamento da Estrada do Colono.

Fica o convite a Vossa Excelência e ao seu Partido, para conhecer a rodovia, para que não se pronuncie a cada vez que se apresenta, momentos em que Vossa Excelência possa aparecer e dar apoio a jornalistas que também não conhecem a região. Porque os de lá, sempre escreveram favoravelmente ao que a comunidade deseja, ao que a

comunidade quer.

Portanto, Deputado Márcio Almeida, faço um apelo a Vossa Excelência, para que retire o seu requerimento.

Se assim Vossa Excelência não proceder, solicito de Vossa Excelência que traga a esta Casa uma argumentação que possa convencer os nossos Deputados, de todos os partidos políticos que compõem a nossa Assembléia Legislativa.

Obrigado.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - (Para Encaminhar)  
Senhor Presidente, Senhores Deputados.  
Saúdo a iniciativa do Deputado Tércio Albuquerque de discutir o presente requerimento.

Na verdade, estava faltando aqui na Assembléia Legislativa, debatermos o assunto que vem sendo objeto de discussões, não só localizadas, ou regionalizadas, mas que abrangem vários segmentos da comunidade paranaense.

O nosso posicionamento se mantém. No Pequeno Expediente, já fizemos uso dos argumentos, simplesmente como uma tentativa de manter a coerência diante do posicionamento do Conselho Estadual de Cultura que, discutindo, aprofundadamente, o projeto da estrada, se manifestou, após análise e discussão apropriados, contrário à pretensão de asfaltamento da referida rodovia.

Não só o Conselho Estadual de Cultura, como todas as entidades de defesa do ambiente existentes no Paraná, com idêntica proposição. Respeito as opiniões do Deputado Tércio Albuquerque como de outros companheiros. No entanto, acho que o assunto não pode deixar de merecer a atenção da Assembléia Legislativa. A forma como achamos conveniente de trazer o assunto, foi através deste requerimento e, é claro, evidenciando um posicionamento pessoal, não é nem partidário. Tenho certeza que com o pensamento partidário, no caso do PCB, de intransigente defesa do meio-ambiente e de superação das inúmeras dificuldades que o processo econômico do nosso País, nesses anos, vem vilipendiando a preservação ecológica. É claro que outros posicionamentos vão acontecer e a liberdade de opinião e voto aqui mais uma vez vai prevalecer.

Obrigado.

O SR. WERNER WANDERER - (Para Encaminhar)  
Primeiro, dizer que estou integralmente a favor da rodovia ligando Capanema a Medianeira, mas fazer um requerimento ao Deputado Márcio Almeida, que retire o requerimento, e nós, a nível de Assembléia, todos os partidos que representamos, não só a região, mas todos os Deputados interessados nesse assunto, que discutamos

esse assunto, porque, sem dúvida alguma, o Deputado Márcio Almeida, como o Deputado Tércio já falou, não deveria conhecer esta rodovia.

Recordo-me muito bem quando era Prefeito de Mal. Cândido Rondon, isso em 1965, nós já fazíamos reuniões no Rio Grande do Sul, em Iraí, no Mato Grosso, junto com outras pessoas dos três Estados, batalhando para a Estrada do Colono ser uma realidade.

Hoje, é uma realidade, com exceção dos 18 km. que faltam. Vamos dizer, toda a colonização do Oeste do Paraná, partiu daquela rodovia. Então, na realidade, alguém está querendo fazer demagogia em cima dessa rodovia. Realmente, alguém está fazendo. É muito bonito falar sobre ecologia, sobre defesa, e eu sou a favor da defesa da ecologia e tantas outras coisas. Mas, não sobre esta rodovia, porque já fiz um pronunciamento anterior dizendo que o que devia ter estragado, já estragou naquela rodovia. Não, hoje, reforçando o que o Deputado Tércio Albuquerque falou.

Aquilo que nós temos hoje, que já é a rodovia aberta, só falta pavimentar. Não vai prejudicar ninguém. Bem ao contrário, vai preservar aquilo que nós já temos. Se em outros países estão fazendo rodovias e continuam fazendo para as pessoas, inclusive, usufruírem da natureza, melhor ainda com a estrada pavimentada, lá neste trecho, porque hoje, quando chove, os caminhões que atolam vão cortar árvores, e não vai mais acontecer depois disso.

Então, eu gostaria de fazer um apelo ao nobre colega: que retirasse o seu requerimento, para que todos os Deputados estudem essa questão. Nós somos integralmente a favor desta rodovia.

O SR. PAULO FURIATTI - (Para encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Falta aos políticos da Região Oeste, que pedem o asfaltamento dessa Estrada do Colono, a compreensão do sentido histórico e no sentido da preservação genética, de uma riqueza animal e vegetal, que sobreviveu à sanha destruidora da eliminação das matas e da mataça de animais e que sobrou na região, apenas esta reserva como um patrimônio da humanidade.

Este patrimônio da humanidade, não pode ser submetido a uma vontade eleitoreira da época de eleição, para ficar agradável a algumas pessoas que têm interesse em diminuir 80 km. de estrada, e com isso eliminar, definitivamente do mapa, uma das poucas reservas que temos no Paraná. Árvores que levaram 100, 120 anos para alcançar a maturidade; animais que estão sob o Paraná há milhares de anos preservando a espécie, já estão sendo destruídos, porque até algumas serrarias têm lá dentro com

esta estrada que lá está.

À medida que entra o asfalto, se tornará incontornável a manutenção daquela reserva, e nós perderemos o patrimônio da humanidade. Patrimônio da humanidade, que é de todos nós, e quando alguém fala que não conhece o Oeste do Paraná, é porque está míope diante desta realidade.

O Parque Nacional do Iguaçu, não só interessa a uma região Oeste, mas interessa ao Paraná, interessa ao Brasil e ao mundo, porque o Parque da Argentina já está declarado como patrimônio da humanidade e por isto intocável, pela forma cultural como os argentinos tratam daquela reserva.

Portanto, é hora de vestirmos a camisa do sentido histórico e da preservação ambiental da humanidade, não existe desenvolvimento sem preservação dos recursos naturais que possuímos. O que existe, muitas vezes, é inchaço e crescimento. Desenvolvimento é aquilo que traz, realmente, melhorias econômicas, mas substancialmente preserva a qualidade de vida e esta é preservada à medida que tenhamos cultura suficiente de entender, que não podemos, para agradar determinados setores da vida nacional, dilapidarmos um patrimônio de todos. É uma agressão contra os princípios fundamentais de qualidade de vida, esse asfaltamento e das poucas coisas que o IBDF fez de bom neste Brasil, esta recente proibição, inclusive está levando em conta os tratados internacionais que o Brasil assinou.

Portanto, se existe demagogia nesta questão, não são daqueles que estão indo contra uma comunidade mobilizada, mas sim daqueles que para fazer média eleitoral em época de campanha, estão agora se arvorando, porque não têm compromissos com ninguém. Não têm compromissos com o futuro, não têm compromissos com a carga genética e importante que lá está preservada.

Por isto, Sr. presidente, Srs. Deputados, aqui nesta Assembleia Legislativa, entendo que deve sair uma moção de efetiva participação de toda população, pois a população toda está envolvida nisto, não é apenas uma região. Nós não podemos ter a miopia de entender que este asfalto irá agradar uma minoria em detrimento de toda uma população e de todo um processo cultural brasileiro.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. GERNOTE KIRINUS - (Para encaminhar)

Infelizmente, Sr. Presidente, peço vênha ao Líder da minha bancada. Devo devolver ao nobre Deputado Paulo Furiatti, a mesma pecha de interesse eleitoreiro, porque ele falou que existe uma mobilização de ecologistas e talvez esteja buscando os

votos deles e nós buscamos os votos do Oeste do Paraná.

Mas, não é interesse eleitoreiro, Senhor Deputado Paulo Furiatti, quero preservar, Senhor Presidente, antes de tudo a intenção séria do Deputado do PCB. A intenção séria e válida preocupação, louvável até, de vir de encontro a preservar um patrimônio realmente riquíssimo de grande valor para a humanidade.

Entretanto, acredito que o motivo ou a medida sugerida de evitar a pavimentação, talvez esteja equivocado, porque sabemos, inclusive, ao lado do Deputado Nelton Friedrich e de outros Deputados do Oeste, a nossa preocupação ao colocar perante o Governo, o perigo que poderia trazer esta pavimentação, foi ao mesmo tempo de sugerir que consta no projeto que se faça um telão protegendo toda a fauna e a flora na beira da estrada.

Além disso, com vários passadouros que estão no projeto, para que os animais pudessem transitar pelos mesmos assim estaria preservado. Além disso, seriam construídas várias guaritas e que o IBDF colocasse de fato guardas lá, já que eles estão tão acertados em defender aquele patrimônio ecológico; que coloque lá efetivamente pessoal para controlar, porque do jeito que está hoje, já foi dito aqui e muito bem reprisado, a estrada já existe, a depredação é grande, porque não existe fiscalização.

Como a estrada não está pavimentada, muito tráfego não iria passar por ali. E aumentando o trânsito, seria muito mais difícil às escuras, de noite, roubar madeira; seria muito mais difícil aos depredadores poderem, na escuridão da noite, fazer o que estão fazendo com o Parque Nacional do Iguaçu.

Estão fazendo exatamente porque existe pouco tráfego e ninguém se aventura a atravessar aquela floresta à noite, e deixam livre para os bandoleiros depredar o Parque. Existindo asfalto, existindo segurança, existindo o telão, existindo, inclusive os passadouros, estará preservado definitivamente, o Parque Nacional.

Acredito que esta medida deve ser reivindicada, deve ser colocada. Portanto, não acredito que a simples pavimentação de uma estrada que já existe, vai evitar ou vai arruinar, vai destruir definitivamente o Parque Iguaçu. Acredito que o Deputado do PCB, ao apresentar esse requerimento, talvez não tivesse conhecimento dessa preocupação dos Deputados do Oeste do Paraná, do próprio Governo do Estado do Paraná, em providenciar, junto ao projeto, o telão, os passadouros, as guaritas, e, definitivamente, de uma vez por todas, fazer a preservação do Parque Nacional do Iguaçu.

Então, não vai ser o asfalto que vai destruir. O asfalto virá de encontro, inclusive, aos interesses ecológicos dos movimentos que, acredito, são sérios, e devem ser respeitados. Entretanto, simplesmente, impedir e deixar continuar aquela estrada do jeito que está, com caminhões atolando, com gente depredando, com movimento escasso à noite, permitindo e deixando livre os depredadores para que atuem livremente. Acredito que esta seria a medida. Por isso, faço um apelo ao Deputado Márcio Almeida, para que nós retiremos o requerimento por uma ou duas sessões, e possamos enriquecê-lo, Deputado Márcio Almeida, no sentido de exigir do IBDF, do Governo do Estado, que já sejam feitos, agora, os telões, que seja feito o asfalto. Com estas medidas de segurança, seria realmente, preservar o Parque Nacional do Iguaçu. Seria esta a minha ponderação.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - (Para encaminhar) Não vou, evidentemente, repisar os argumentos. Como disse, inicialmente, acho que não se pode deixar passar em branco uma questão que está sendo amplamente discutida regionalmente. Está certo o Deputado Tércio Albuquerque, região que eu não conheço, mas que extrapola, pelas características da discussão, pelo assunto envolvido já extrapolou o debate regional. Não é de meu feitio deixar "passar em branco" um posicionamento em relação a este aspecto, ainda mais quando a cobrança por parte de integrantes do Conselho Estadual de Cultura, de movimentos preservacionistas, de que a Assembléia Legislativa registre e se posicione a respeito. Acho que todos nós aqui temos ciência das responsabilidades e das conseqüências dos respectivos posicionamentos que assumimos aqui na Casa.

Não vejo, diante desse episódio, forma de se conciliar os interesses dos posicionamentos que são divergentes. Acho que é um momento a mais da nossa vida política em que não há como se procurar um meio termo. Não estou querendo assumir uma posição radical no sentido de sectarizar discussão, de se evitar que se discutisse mais aprofundadamente. Só acho que não há como se conciliar os interesses divergentes que lá na comunidade se manifestaram, embora predominantemente, a favor de um encaminhamento, que é o asfaltamento. Isso não desconheço, que é a nível de comunidade regional. Agora, também fruto das conseqüências desses anos todos, e também da pouca discussão que a própria comunidade regional é vítima. Portanto, Senhor Presidente, eu manteria o requerimento na forma como ele está, que não prejudica, porque qualquer um dos demais integrantes que tenha um posicionamento diferente, caso ele

venha a ser aprovado, venha a encontrar um outro mecanismo de tentar "relativizar" a sua importância. É um requerimento dirigido ao Presidente da República, solicitando providências no sentido de manter a decisão do IBDF, por exemplo, proibindo asfaltamento, ou até de encontrar soluções alternativas que atendam as reivindicações, a vontade ali, de um tráfego da comunidade regional.

Acho que não é o caso de ficar reprimando, mesmo porque a sessão já vai adiantada.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. APROVADO.

O Sr. Paulo Furiatti - Senhor Presidente, solicito chamada nominal.

O Sr. Tércio Albuquerque - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) O Senhor 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O Sr. Tércio Albuquerque - O Deputado Orlando Pessuti dá valor à gravata, mais do que ao Deputado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) O Sr. 1.º Secretário fará a chamada nominal dos Senhores Deputados, atendendo requerimento do Senhor Deputado Paulo Furiatti.

O Sr. Paulo Furiatti - Retiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Ha-

vendo sido retirada a chamada nominal, fazemos a verificação de votação. Os Deputados que aprovam o requerimento do Deputado Márcio Almeida, queiram levantar-se. Dois Deputados APROVAM. Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento: Cinco Deputados REJEITAM. Não há "quorum" para votação, nem para prosseguimento da sessão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 26, às 9:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.166/85, 189/85, 33/86, 126/86, 132/86, e do Projeto de Resolução n.28/86.

2.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.98/84, 135/84, 292/85, 306/85, 308/85, 330/85, 42/86, 90/86, 97/86, 111/86, 137/86, e dos Projetos de Resolução n.95/85, 26/86, 27/86, 29/86, 30/86, 31/86, 32/86, 33/86, 34/86, 35/86, 36/86, 37/86, 38/86, 39/86, 40/86, 42/86 e 43/86.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 208/84, 195/85, 62/86, 86/86 e dos Projetos de Resolução n.17/86, 18/86.

Marca ainda, para às 10:00 horas uma Sessão Solene, para entrega de Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Doutor Antônio Esmeraldo Neto.

Levanta-se a sessão.